

Quando o trunfo se revela  
um fardo: reexaminando  
os percalços de um campo  
disciplinar que se pretendeu  
uma ponte entre o  
conhecimento da natureza e  
o da sociedade

Marcelo Lopes de Souza  
UFRJ

p. 274-308

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 22 • nº 2 (2018)

ISSN 2179-0892

**Como citar este artigo:**

SOUZA, M. L. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 2, p. 274-308, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/147381>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.147381>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

# Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade

Marcelo Lopes de Souza

O grande corte entre as ciências da natureza e as ciências do homem oculta, simultaneamente, a realidade física das segundas e a realidade social das primeiras. Esbarramos com a onipotência de um princípio de disjunção: este condena as ciências humanas à inconsistência extrafísica, e condena as ciências naturais à inconsciência da sua realidade social.

Edgar Morin

## **Introdução: uma ciência ultrapassada?**

Alguns anos atrás, quando fui convidado a ministrar um Seminário de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ no semestre seguinte, mal sabia eu que estava para ter uma interessante experiência em matéria de expectativas frustradas - tanto as minhas quanto as dos alunos. Imaginei, achando se tratar de uma opção bastante lógica, já que o Seminário reunia em um só espaço-tempo geógrafos “físicos” e “humanos”, que fazia todo o sentido propor que revisitássemos os debates ao redor dos conceitos de “natureza” e “sociedade” na Geografia, especialmente no tocante às tentativas de articulá-los no interior da disciplina. Qual não foi a minha surpresa ao notar, quando anunciei a intenção e apresentei o programa, o que julguei ser um indisfarçável olhar de desapontamento nos rostos de vários dos presentes. Em um ou outro caso, a frustração chegou a ser explicitada em palavras, ainda

que diplomáticas. Teimoso, argumentei a favor da proposta e, para a minha satisfação, penso ter conquistado um genuíno interesse, se não de todos, ao menos de muitos, no decorrer do semestre - ou, pelo menos, assim quero crer. Sempre teimoso, e animado pelo que me pareceu ser a confirmação da ideia de que as coisas não são como começam, mas sim como terminam, insisti em duas oportunidades subsequentes, obtendo as mesmas reações com turmas diferentes. Independentemente do grau de sucesso de meu esforço em persuadir uns e outros sobre o quão interessante e mesmo fascinante continua sendo discutir aquela temática, o que me impressionou vivamente foi a decepção inicial de não poucos, nas três ocasiões. Quem, nos dias de hoje, ainda deseja conversar sobre “Geografia”, “natureza” e “sociedade”, assim enunciadas, de um só fôlego?

Malgrado o que se possa achar, atualmente, no interior do ambiente de socialização acadêmica conhecido por “Geografia”, refletir sobre “natureza” e “sociedade” é algo que está na ordem do dia, para não dizer na moda. “Sustentabilidade”, “desenvolvimento sustentável” ... “Crise ecológica” ... “Questão ambiental” ... “Mudança climática global” ... Impactos ambientais, contaminação ambiental, regulação ambiental, gestão ambiental, conflitos ambientais... É uma verdadeira avalanche de significados correlatos ou interligados, aparentemente atinentes a um mesmo campo de preocupações. Entre usos e abusos, no entanto, não é incomum que pouco se esclareça o fundamental, e rótulos idênticos ou aparentados acabam por esconder interpretações as mais variadas, que têm em comum, com frequência, nada mais que a superficialidade. O adjetivo “ambiental”, em particular, abunda como poucos, sem que necessariamente tenhamos clareza sobre seu conteúdo - tanto é assim que, no Brasil, o “ambiente” costuma ser reduzido, tanto no discurso do senso comum e da grande imprensa quanto no vocabulário dos técnicos e cientistas “ambientais”, ao (mal) denominado “meio ambiente”, isto é, à faceta (supostamente) “natural” do ambiente. Não parecem ser muitos os que percebem e concedem que o conceito de ambiente deveria ser compreendido de maneira mais ampla, verdadeiramente integral, para designar a Terra como morada humana (sem esquecer, é lógico, dos seres vivos não humanos!), portanto não se circunscrevendo aos seus fatores e componentes naturogênicos (“fatores abióticos” e “fatores bióticos”) ou, mais grave ainda, servindo de referente mítico de uma certa “natureza” imaculada, prístina, intocada. Tampouco parecem ser muitos os que suspeitam que “meio ambiente”, aliás, é uma expressão assaz redundante, e o que é pior: incrivelmente, corresponde a duas palavras para expressar apenas a metade de uma ideia.

Só o quadro laconicamente descrito no parágrafo anterior já deveria ser suficiente para dar a impressão de que aqueles cuja formação profissional se deu ou dá nos marcos do campo acadêmico “Geografia” deveriam ter muito a dizer com propriedade sobre os problemas que afligem e atormentam tanta gente pelo planeta afora. Em um plano intelectual, por assim dizer, mais sofisticado ou abstrato, ou menos técnico e empírico e mais filosófico, o pretexto para se abraçar a temática em questão parece também existir, e sobejamente: em meio às eternas discussões e promessas em torno da “interdisciplinaridade”, as tensões e a complementaridade entre as ciências da natureza e as da sociedade (ou as humanidades) têm estado no centro das atenções de umas tantas iniciativas institucionais e de diversos pensadores influentes. Do céle-

bre ensaio do físico e romancista britânico Charles Percy Snow (1961) sobre as “duas culturas” (*two cultures*) até a titânica obra *La méthode*, do filósofo e sociólogo francês (com formação inicial em Geografia) Edgar Morin (2008), ou até os dois densos volumes da obra *Tecnociências e humanidades*, do físico brasileiro Luiz Pinguelli Rosa (2005-2006), as difíceis relações do estudo da natureza com o estudo da sociedade mobilizaram e continuam a mobilizar corações e mentes, e corações e mentes de alto gabarito.<sup>1</sup> Além do mais, nas últimas décadas, as muitas vezes que na Filosofia e em diversas ciências sociais se têm levantado e avolumado para apontar as mazelas e contradições do projeto da modernidade têm, com frequência, problematizado exatamente a oposição binária sociedade/natureza ou sociedade/cultura nos marcos de experimentações teóricas instigantes (por mais que lhes possamos fazer diversos reparos), como as bastante conhecidas contribuições de Bruno Latour (por exemplo, Latour, 1994), autor eloquente em sua objeção aos purismos que trabalham com a disjunção entre o social e o natural.

Por que, então, justamente na hora presente, os geógrafos como que desertam, evadem-se ao debate, eximem-se de uma responsabilidade? Ou, para dizê-lo de outro modo: dão a impressão de dar de ombros a uma parcela considerável da “tradição geográfica” (provavelmente a parcela mais típica e inconfundível), como se o assunto não mais lhes importasse?

Foi necessário um empenho que se arrastou no decorrer das últimas décadas - digamos, dos anos 1970 até agora - para lentamente se desconstruir e solapar o que se havia construído durante os cerca de cem ou cento e tantos anos anteriores: a autoimagem da Geografia como uma “ciência-ponte”, uma ciência na “charneira” (atualmente diríamos: na interface) do conhecimento sobre a natureza com o conhecimento sobre a sociedade. De fato, hoje já não são muitos, entre geógrafos “físicos” e “humanos”, aqueles que *realmente* acreditam que valha a pena ou faça sentido insistir em um diálogo que - ao menos assim aparentam pensar - há muito tempo caducou. “Uma falsa questão”, parecem sugerir os que concebem o espaço geográfico como um sinônimo de espaço social, decretando que qualquer conhecimento sobre a “natureza” que não seja, ao mesmo tempo, sobre sua apropriação social e construção histórica, é positivista, ingênuo ou mesmo conservador; “pseudociência”, devolvem aqueles para os quais as humanidades e as ciências da sociedade (“Geografia Humana” incluída) não passam de saberes sem rigor e, na

1 Há várias compreensões do conteúdo do conceito de “humanidades”: enquanto alguns autores, como C. P. Snow, incluíam apenas os campos ou domínios mais especulativos e distantes do estudo empírico sistemático, como a literatura e a teoria literária, a Musicologia, a Filosofia etc., há muitos observadores que incluem também ao menos algumas das ciências da sociedade, como a Antropologia Cultural e a História. Muito embora vários daqueles que escreveram sobre o assunto preferam ver disciplinas como a Economia como pertencendo a um “terceiro domínio”, por assim dizer intermediário entre as “ciências” e as “humanidades”, essa posição me parece um tanto artificial e baseada em falsas aparências. Se usarmos como critérios o grau de adequação à razão instrumental e as possibilidades (reais ou, às vezes, parcialmente ilusórias) de quantificação e matematização, certamente é possível imaginar um *continuum* em que, em um extremo, teríamos a Física Matemática e, no outro, a poesia e a literatura em geral; a Economia e, em menor grau, a Ciência Política e a Sociologia (assim como boa parte da Geografia) se aproximaria menos das “humanidades” e pareceria estar menos distante das “ciências (naturais)” que, por exemplo, a História e a Antropologia Cultural. Essa forma de ver as coisas, contudo, carrega um alto grau de rendição aos critérios do próprio positivismo. Os esforços de matematização, especialmente em terrenos como a Sociologia e a Geografia (mas a própria Economia não pode ser inocentada, como bem mostrou Castoriadis), muitas vezes desembocaram em caricaturas e exercícios estéreis; isso nos leva a aceitar que, em última instância, o conhecimento da sociedade *em geral* é que difere, por razões ontológicas de fundo, do conhecimento da natureza, sendo as diferenças entre Antropologia Cultural ou História, de um lado, e Economia, de outro, muito menos importantes e profundas do que nos acostumamos a pensar.

melhor das hipóteses, imaturos, adolescentes, além de saturados de “ideologia” e “política”. Esses estereótipos, claro, não esgotam o espectro de convicções e valores nem de cientistas naturais, nem de cientistas sociais (e de seus respectivos “representantes” na Geografia), como ilustram os exemplos já citados de Morin e Pinguelli Rosa, entre muitos outros. Mas todos nós sabemos que os referidos clichês, com suas depreciações abomináveis, circulam amplamente há muito tempo, deformando e turvando nossa visão e retroalimentando preconceitos e animosidades quando poderia e deveria haver curiosidade recíproca e busca de interlocução.

O panorama da ciência contemporânea, com suas muitas fissuras e fraturas, em que sobressai o fosso entre o estudo da natureza e o estudo da sociedade, pode incomodar pessoas de várias áreas. Para os geógrafos, entretanto, ele deveria ter um quê de dilacerante, de torturante, pois a Geografia é a disciplina que, de maneira muito mais nítida e sistemática que qualquer outra, trouxe, praticamente desde o início e como parte essencial de sua identidade, a meta de entrosar o conhecimento da natureza e o conhecimento da sociedade *para dentro de si mesma*. Onívora e quiçá gluttona, a Geografia, a julgar pela incapacidade de tantos geógrafos de lidarem com essa ambição epistemológica, passou a dar a impressão de estar - perdoem o pouco elegante desdobramento da metáfora - “empanzinada”. Sua capacidade de digerir conhecimentos díspares e não raro declarados como antagônicos e rivais entre si teria, enfim, atingido seus limites. O diálogo de saberes passou a surgir como uma veleidade, talvez mesmo um diversio-nismo. Para uns como para outros, a palavra de ordem, não explicitamente pronunciada, mas nem por isso menos evidente, passou a ser, na prática: “depuração”. Uma Geografia que passou a se apresentar como uma “ciência social” (“pura”) foi, nas últimas décadas, substituindo a velha Geografia Humana positivista que reinou incontestemente entre fins do século XIX e meados do XX, ao mesmo tempo em que se consolidava, “do outro lado”, seu contraponto, na verdade ainda mais exacerbado: não apenas uma Geografia Física fortemente desinteressada dos processos sociais que afeioam e modelam a superfície terrestre mas, a rigor, uma Geografia Física crescentemente fragmentada em subcampos que se foram proclamando ciências independentes, a começar pela Geomorfologia. Diante dessa paisagem epistemológica de ruínas, a única opção que as gerações mais jovens foram vislumbrando foi fabricar “condomínios fechados” pretensamente autossuficientes, se não quisessem viver em meio a escombros. Voltarei a essa questão para mostrar como, a despeito de tudo, alguns vêm revirando os escombros e tentando produzir ali mesmo um novo (ou renovado) *habitat* intelectual chamado de “Geografia Ambiental”; mas posterguemos esse tema por algumas páginas.

O fato, então, é que, para gregos assim como para troianos, a “Geografia como um todo” foi assomando, cada vez mais, como um projeto epistemológico insustentável, por mais que não fosse ou ainda seja politicamente correto (ou prudente) dizê-lo em voz alta - afinal de contas, por menos que queiram, as pessoas continuam a compartilhar os mesmos departamentos ou institutos, os mesmos corredores, em parte os mesmos congressos e até, em alguns casos, os mesmos periódicos. Arrostandos com o que se configura como um casamento que tornou-se quase que meramente de conveniência, e do qual o amor esvaiu-se paulatinamente, se nos imporia a conclusão de que essa “Geografia” - não a “Geografia Humana” ou a Geografia convertida

em “ciência (puramente) social”, mas a Geografia sem adjetivos, a “Geografia como um todo” - ter-se-ia tornado uma *ciência obsoleta*. Essa conclusão, todavia, me parece, a um só tempo, um tanto apressada e míope. Arrisco o palpite de que o projeto da “ciência-ponte”, na realidade, é um projeto inacabado, e mais: um projeto que, apesar dos seus defeitos originais de concepção e encaminhamento, retém um importante quinhão de validade. Antes de ser uma ciência ultrapassada, a Geografia, curiosamente, é, isso sim, em certa medida ao menos, uma ciência... *prematura*.

O que conforma a dimensão trágica da Geografia é a circunstância de ter se orientado para *abraçar um objetivo ambiciosíssimo sem ter os meios para fazê-lo de modo adequado e sustentado*. Durante muito tempo prevaleceu o “paradigma” das explorações, em que reunir dados heteróclitos sobre paisagens e regiões, tudo embalado em densas e não raro belas descrições, tinha não só o seu charme como também a sua utilidade (notadamente para empreendimentos de desbravamento, classificação e organização do território, no além-mar colonial e também nos espaços internos aos países imperialistas e potências [neo]colonizadoras). O mais tardar a partir do momento em que novas tecnologias começaram não apenas a gerar um “dilúvio de dados” (a imagem, se não me falha a memória, é de Brian Berry), mas também a propiciar formas rápidas e eficientes (conquanto não raro simplistas) de promover sínteses entre planos de informação diferentes com finalidades práticas de suporte a diagnósticos, gestão e planejamento, o estatuto intelectual do campo da Geografia começou a soçobrar. Com o advento e a disseminação dos Sistemas de Informação Geográfica e do geoprocessamento, a informação dita “geográfica” se vem convertendo em onipresente e abundante em numerosos espaços de pesquisa e consultoria, coisa que se dá em simultâneo com a paulatina dissolução da velha disciplina. O paradoxo é apenas aparente.

Na esteira do neopositivismo, as hoje chamadas “geotecnologias” ganharam força e conquistaram usuários entre profissionais das mais diversas áreas, ao mesmo tempo em que a Geografia, ironicamente, não necessariamente viu seu prestígio aumentar. (Em não poucos casos, há observadores externos que confundem “geógrafos” com “pilotos de *softwares* de geoprocessamento e cartografia digital” - e há geógrafos que se sentem lisonjeados com isso...) Não bastava mais, com isso, anunciar uma síntese que, em última instância, havia sido acima de tudo um *sincretismo*. Para se promoverem sínteses robustas, seria necessário elaborar o objeto de conhecimento de forma radicalmente diferente. Seria necessário deitar fora a ingenuidade orgulhosa e arrogante da “ciência do concreto”, supostamente menos “abstrata” que as demais ciências (no entendimento de Jean Brunhes), ou a não menos ingênua fórmula lablacheana da “ciência dos lugares, não dos homens”. Seria necessário, enfim, romper decididamente com toda a tradição de empirismo e despreço pela teorização, pois só com base em um mergulho na Filosofia se mostraria viável conceber e equipar uma Geografia que, cônica do arrojo de suas pretensões, pudesse voltar a se aventurar no intento de pensar e analisar a Terra como morada humana, sem mutilações apriorísticas, mas tampouco imaginando ser fácil integrar e rearticular o que toda uma visão de mundo ancorada nas nossas tradições epistêmico-intelectuais e instituições acadêmicas insiste em separar. Interessantemente, porém, no instante mesmo em que uma boa parcela dos geógrafos se abriu, de fato, para a Filosofia da Ciência e até para a Filosofia Política, bem como para o diálogo intensificado com as ciências da sociedade, precisamente esses geógrafos



passaram a menosprezar a tarefa de reconstruir o diálogo de saberes no interior da disciplina, preferindo apostar suas fichas em outro projeto, a já mencionada “depuração epistemológica”. Influenciados (ainda que indiretamente) pelo Marxismo Ocidental de um Lukács ou da Escola de Frankfurt, a “natureza” lhes pareceu um constructo por demais suspeito, e a Geografia Física, de certo modo, a seus olhos, não passaria de uma espécie de “mal-entendido”. Com o tempo, também geógrafos que nada tinham a ver com o pensamento marxista encamparam, ao seu modo, a mesma causa, adotando uma similar postura de desprezo ou menoscabo (ou, no mínimo, completo desinteresse) perante os trabalhos dos colegas “geógrafos físicos”. Escusado dizer que estes últimos não ficaram indiferentes a essa movimentação e em geral acabaram pagando na mesma moeda, intensificando seu próprio afastamento do projeto de uma “Geografia como um todo”.

A partir das perguntas que dão título às seções, procuro explorar neste artigo, em um primeiro momento, o argumento de que a história da Geografia experimentou não só os caminhos que todos conhecemos e que nos condicionaram em maior ou menor grau, mas também trajetórias divergentes e bem menos conhecidas que não se tornaram hegemônicas, mas que nem por isso deveriam ser consideradas como simplesmente “fracassadas”, sobretudo porque não perderam sua capacidade de inspirar - pelo contrário (Seção 1). Em seguida, procuro fundamentar minha tese de que a “Geografia Ambiental” constitui uma trincheira que vale a pena defender, ainda que sem muito otimismo quanto a sua capacidade de reverter o quadro de desconstrução epistemológica anteriormente exposto (Seção 2). Após isso, avançando um pouco mais, dou breves indicações sobre como a Ecologia Política pode e deve ser o fulcro de uma Geografia Ambiental crítica (Seção 3). Por fim, arrematando o ensaio, endereço uma provocação final aos leitores, cuja essência adianto: por maior que seja o potencial da Geografia, visto à luz de suas ambições e sua trajetória inicial, os geógrafos não só se equiparam mal para fazer face às expectativas geradas (por eles mesmos e por outros) como, ainda por cima, se têm autossabotado constantemente, de várias maneiras.

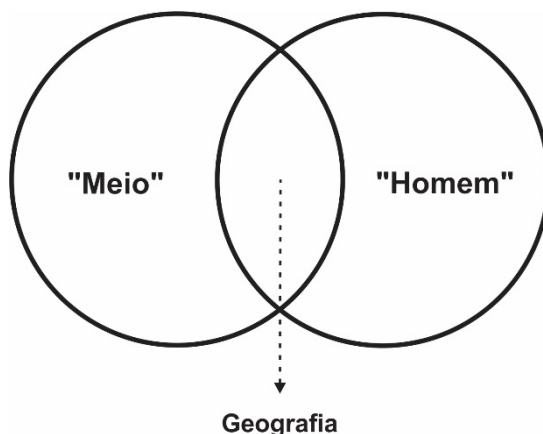
## 1. Linhagens alternativas: que diferença teriam feito?

Muito embora remeta, em princípio, ao domínio teológico, a ideia de “cânone” há muito transbordou para outros terrenos, como as artes e a literatura. Também a propósito da Filosofia e das ciências podemos falar, evidentemente em um sentido lato, de “cânones”, querendo designar, com isso, os enfoques, procedimentos e métodos aceitos como “modelares”, básicos e dignos de serem imitados e seguidos. (Direta ou indiretamente inspirados em Thomas Kuhn, alguns chamariam de “paradigma” a esses cânones; o olhar de Kuhn, porém, é excessivamente tributário de condições típicas das ciências da natureza, não se prestando muito bem para compreender as da sociedade.) Na Geografia, os cânones clássicos (e já os grandes estudos “pré-clássicos”) sempre incluíram, por excelência, a tradição de pesquisa das relações “homem”/“meio”. Na verdade, essa tradição era central para a identidade profissional, e dela foi, por assim dizer, a principal fundadora.<sup>2</sup>

2 Em artigo dos mais citados durante a segunda metade do século XX, Pattison (1990) identificou, em 1964, quatro tradições precípuas na história do pensamento geográfico: uma *Spatial Tradition*, referente à busca por análises de padrões e interações espaciais e construção de modelos locais que, com a “revolução quantitativa”, atingiria seu apogeu entre fins da década de 1960 e início da seguinte; uma *Area Studies Tradition*, fundamentalmente coincidente com as pesquisas

À luz desses cânones, a Geografia surgiria como um “conjunto interseção” do interesse pelo estudo do “meio” (entendido, acima de tudo, como “meio físico”) e do interesse pelo estudo do “homem”, isto é, da humanidade (Figura 1).

**Figura 1 – A Geografia como um “conjunto interseção” do interesse pelo estudo do “meio” com o interesse pelo estudo do “homem”**



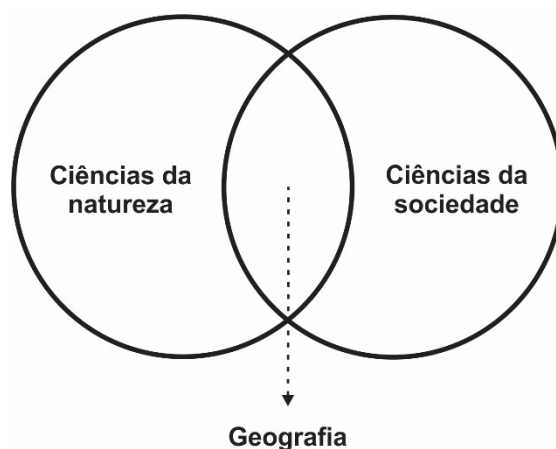
Se pensarmos nas próprias disciplinas voltadas exclusiva ou prioritariamente para o estudo da natureza (Física, Química, Astronomia, Biologia, Geologia e Meteorologia) ou da sociedade (Sociologia, Antropologia, Economia, História, Ciência Política e Psicologia Social), a Geografia emergiria, então, como o “conjunto interseção” resultante de uma superposição dos dois macroconjuntos disciplinares (Figura 2).

---

regionais e o enfoque da “diferenciação de áreas” tão claramente representado nos EUA por Richard Hartshorne e que, por aquela época, já havia perdido muito do seu prestígio; uma *Man-Land Tradition* (mais tarde conhecida como *Human-Environment Tradition*), que, como registra Pattison, era muito popular, sendo a que mais influenciou a Geografia escolar, mas ao mesmo tempo a que mais sofreu com os abusos interpretativos do determinismo geográfico; e, por fim, uma *Earth Science Tradition*, equivalente à Geografia Física “pura”. O esquema de Pattison foi concebido para dar conta da realidade histórico-geográfica da Geografia estadunidense dos anos 1960, e seria flagrante equívoco pretendê-lo válido ainda hoje. Seja como for, podemos tomá-lo como um ponto de referência para constatar, cinco décadas depois, que a *Area Studies Tradition* e a *Spatial Tradition* sofreram abalos e mutações (a primeira, ao menos em sua forma original, praticamente desapareceu, enquanto a segunda encolheu e, em parte, se modificou, com o ocaso da Geografia neopositivista e a posterior ascensão do geoprocessamento); por sua vez, a *Earth Science Tradition* deu margem a estudos cada vez mais especializados e apartados do cotidiano e dos interesses da maior parte dos geógrafos, ao passo que a *Human-Environment Tradition*, após um eclipse que durou vários decênios (entre os anos 1970 e 1990), voltou a despertar entusiasmo em um círculo crescente de profissionais. Atualmente, lançando um olhar panorâmico à história da Geografia, começando com Alexander von Humboldt e Carl Ritter, os nomes de maior destaque no período “pré-clássico” do início do século XIX (o período subsequente, dito “clássico”, se espraia, no meu entender, da institucionalização da disciplina no último quartel do século XIX até os anos 1960), veremos que, a despeito de suas diferenças, ambos corporificaram o que os alemães chamam de tradição *Mensch/Umwelt*: mesmo sendo acima de tudo um naturalista e com isso o precursor mais ilustre da *Earth Science Tradition*, Von Humboldt não descurou inteiramente dos problemas sociais ou de seu efeito no uso do solo e na paisagem, como notamos não tanto em sua obra-prima, o extraordinário *Kosmos*, em que o homem só é mencionado em umas poucas páginas (Von Humboldt, 2004), mas em outras obras, como o relato sobre a situação política da Nova Espanha (Von Humboldt, 1813); quanto a Ritter, que tanta atenção dedicou às “bases físicas”, correspondendo-se aliás muito com seu amigo Von Humboldt, estabeleceu que a meta fundamental da Geografia deveria ser o estudo da Terra como “morada dos seres humanos” (*Wohnplatz der Menschen*) (Ritter, 1862).



**Figura 2 – A Geografia como o “conjunto interseção” resultante de uma superposição dos dois macroconjuntos disciplinares (ciências da natureza e da sociedade)**



“Na prática”, ou no dia a dia da pesquisa e do ensino em nível superior, entretanto, os cânones muitas vezes não foram aplicados como se poderia esperar. Quanto a isso, uma notável diferença se fez notar, já cedo, entre os geógrafos.

A “Antropogeografia” (seguindo a tradição terminológica alemã) ou “Geografia Humana” (acompanhando a tradição terminológica francesa que acabou por se tornar dominante), é bem verdade, revelou, desde sempre, e durante todo o período clássico (que vai, pelo menos, de fins do século XIX até os anos 1960), um enorme interesse pelo conhecimento das assim chamadas (e o nome já é bem sintomático) “bases físicas”: o relevo, o clima, os solos, a fauna e a flora. As fórmulas da “ciência dos lugares, não dos homens” (La Blache) ou da “ciência do concreto” (Brunhes) podiam ser camisas-de-força e acarretar superficialidade em matéria de análise da produção social do espaço geográfico, mas não impediam um genuíno interesse pela maneira como as “bases físicas”, cultivadas metodologicamente como ponto de partida analítico, condicionavam a ocupação e o povoamento do espaço, as práticas agropastoris e extrativistas e até mesmo a fundação de cidades e a evolução urbana.

Pode-se bem criticar, como já vem sendo feito competentemente há várias décadas (basta pensarmos em Yves Lacoste, em meados da de 1970), que a “região”, em sua concepção lablacheana, unidade espacial que servia de referência nuclear para os estudos na tradição clássica e especialmente naquela francesa, tenha sido, e ainda por cima por muito tempo, encarada como uma entidade geográfica que corresponderia a “harmoniosas” relações entre o “homem” e seu “meio (natural)”. Cada região, em especial aquela unidade regional menor e mais densa que era o pays, era tida como passível de ter os seus limites abrangidos até mesmo com a vista desarmada, sendo supostamente dotada de inequívoco e inconfundível conteúdo histórico e cultural e tendo a sua unidade enraizada na percepção do senso comum, a ponto de os nomes das “divisões naturais” serem aqueles empregados no cotidiano e, como se des-

tacou, reconhecíveis por qualquer camponês (La Blache, 1982, p. 247). Há muito de mítico e ideológico (no sentido de artificial) por trás dessa abordagem. Porém, seja lá como for, para os fins da presente argumentação importa reconhecer que as divisões regionais e monografias de descrição de regiões que derivaram dessa tradição partiam, a título de fundamento, das divisões supostamente “naturais” e dos condicionamentos do “meio”, para daí se avançar para a consideração do povoamento e do afeiçoamento do espaço pela cultura. Ou seja, era a “Geografia Humana” sendo intensamente tributária dos aportes da “Geografia Física”.

Pode-se igualmente criticar o conceito de “gênero de vida” (*genre de vie*), o qual, ao lado de região, era igualmente um conceito-chave da Geografia clássica francesa. Tal como empregado por La Blache e seus seguidores “possibilistas”, o conceito de “gênero de vida” atuava fazendo uma espécie de mediação: de um lado, havia as “possibilidades oferecidas pelo meio”; de outro, a modelagem exercida pelos grupos sociais e, no interior de cada grupo, pelos indivíduos. Esse conceito se situa próximo daquele - de matriz antropológica - de “cultura material”, mas é, ao mesmo tempo, bem mais estreito que a ideia geral de cultura: o “gênero de vida” se refere, especificamente, às técnicas e aos modos de adaptação de um grupo social a um “meio (natural)” específico. O conceito em tela se coaduna com uma visão de mundo liberal, uma vez que ele admite, malgrado certos condicionamentos exercidos pelo meio, uma dimensão de liberdade de escolha, no âmbito da própria sociedade, por parte de indivíduos e grupos, no que diz respeito à divisão do trabalho. Nos marcos da visão de mundo liberal-conservadora que controlava o perfil ideológico de quase todos os expoentes da Geografia francesa clássica, essa concepção de “gênero de vida” servia para escamotear a percepção das contradições, das fraturas e dos conflitos sociais, a começar pela luta de classes. Da mesma forma que as técnicas de uma sociedade seriam ajustamentos criativos ao seu “meio”, a distribuição de ofícios e atividades, vale dizer, a divisão técnica do trabalho, era enxergada, basicamente, como decorrente das vocações, dos talentos e das virtudes (empenho, denodo, pertinácia etc.) individuais, e não como um produto de restrições *estruturais* (de classe, de gênero etc.) no interior de uma divisão social do trabalho historicamente construída. Apesar disso tudo, importa ressaltar que, também aqui, para descrever os “gêneros de vida”, os geógrafos franceses clássicos sistematicamente recorriam a contextualizações geomorfológicas, edáficas, climáticas e biogeográficas. Não que isso, por óbvio, fosse intrinsecamente muito frutífero; contudo, evidencia sua fidelidade aos cânones da “tradição homem/meio”.

O mesmo tipo de fidelidade não se verificou a propósito da “Geografia Física”. Quando consideramos os geógrafos “físicos” e “humanos” da era clássica, as discrepâncias quanto ao interesse recíproco entre os dois grupos começaram a se manifestar bastante cedo, por mais que, durante todo aquele período, elas tenham sido moderadas. Senão, vejamos. Se tomarmos como exemplo o importante e influente livro de Jean Brunhes *La géographie humaine*, veremos que a distinção operada por aquele autor entre *géographie humaine* e *géographie physique* não excluiu uma preocupação em salientar a união indissolúvel entre os dois grandes “ramos” da Geografia. Apesar disso, enquanto a *géographie humaine* de La Blache, Brunhes e tantos outros buscava, sistematicamente, apoiar-se nos conhecimentos originários da *géographie physi-*

que, os “geógrafos físicos” do período clássico não ofereceram reciprocidade, ao menos com a mesma intensidade. Para ilustrar a tese, citemos um caso dos mais representativos: no ano anterior à publicação de *La géographie humaine* saíra outra obra-prima, da autoria de um jovem e brilhante pesquisador, Emmanuel de Martonne: o *Traité de géographie physique* (De Martonne, 1913). O *Traité* rapidamente granjeou fama: revisto e aumentado em sua terceira edição, ele foi dividido, a partir da quarta, em três volumes e ganhou, inclusive, uma versão resumida em 1922 (o popular *Abrégé de géographie physique*). O *Traité*, que constituiu “a base fundamental da Geografia Física francesa por quase um século” (Beckinsale; Chorley<sup>3</sup> apud Broc; Giusti, 2007, p. 130), foi um marco em dois sentidos: não só porque se revelou extremamente popular e influente, *mas também porque o lugar reservado à sociedade é, aí, quase inexistente*. Se, na versão alargada, em três volumes, esse lugar (comprimido no terceiro tomo, dedicado à Biogeografia) se circunscreve meramente a uma referência de passagem à extinção de espécies pela humanidade, a um capítulo sobre a “ação do homem sobre a vegetação e associações vegetais devidas à sua intervenção” e, por fim, a uma sucinta exposição da domesticação de espécies animais pelos seres humanos - perfazendo um total de cerca de cinquenta páginas, ou mais ou menos míseros 3% do total do *Traité* -, na segunda edição, de 1913, tudo se resumia a umas poucas páginas a propósito da domesticação de espécies (De Martonne, 1913, p. 734 et seq.). Seja lá como for, como se viu, as ampliações e os aprimoramentos sucessivos que a obra sofreu não levaram De Martonne a mitigar muito significativamente essa séria limitação, por mais que o número absoluto de páginas dedicadas à “influência do homem” se tenha multiplicado.

A título de relativização, convenhamos que De Martonne, ao revelar tão pouco apetite para considerar o papel da sociedade, exagerava à luz de sua própria época, na qual os “geógrafos físicos” muitas vezes estiveram propensos a debruçar-se (mesmo que amiúde sem profundidade) sobre questões sociais. Vale lembrar que a primeira grande obra de Élisée Reclus, *La Terre*, basicamente uma obra de Geografia Física e trazida à luz mais de quarenta anos antes do tratado de De Martonne, dedicara uma atenção bem maior à ação humana (ainda que também modesta), sob a forma dos dois últimos capítulos do segundo volume, que apareceu em 1869 (ver Reclus, 1868-1869). Também podemos relativizar de outra maneira: na Geografia alemã, para ficar em apenas um exemplo, muitos foram os geógrafos que, devotados essencialmente ao estudo geomorfológico, climatológico etc., incursionaram por tentativas de contribuir para o planejamento e a gestão espaciais (*Landesplanung, Raumordnung*), inclusive e às vezes sobretudo em espaços sob jugo colonial. Independentemente da condenação ética e político-filosófica de esforços com esse figurino ideológico, havia também várias outras limitações, que iam desde a superficialidade de tais “contribuições” até seu caráter marcadamente influenciado por vícios como organicismo e determinismo ambiental. O fato, de toda maneira, é que, a partir da Segunda Guerra Mundial, esse tipo de preocupação começou a escassear entre os “geógrafos físicos”, que se foram tornando, mais e mais, “cientistas naturais puros”, sem maiores inclinações a pensar levando em conta desafios sociais, ou mesmo aplicações “práticas” no tocante

3 BECKINSALE, R.; CHORLEY, R. *The History of the Study of Landforms or the Development of Geomorphology (3. Historical and Regional Geomorphology. 1890-1950)*. Londres: Methuen, 1991.

à gestão ou ao planejamento. Para coroar tudo isso, a “Geografia Física” se foi fragmentando, incapacitando os “geógrafos físicos”, paulatinamente, para abraçarem uma visão holística dos processos e dinâmicas geoecológicos. Emmanuel de Martonne, com seu tratado, se não inaugurou, no mínimo simbolizou e incentivou o que viria a ser uma tendência hegemônica a partir dos anos 1950 ou, o mais tardar, 1960: o descaso para com a sociedade, crescentemente reduzida (quando muito) a um amorfo “fator antrópico”, em que não há classes sociais, contradições estruturais ou assimetrias básicas de poder e influência entre grupos sociais. A sociedade é observada de longe, muito longe, e desajeitadamente.

Vemos, assim, que a “ponte” entre os conhecimentos da natureza e da sociedade foi, em se tratando até mesmo dos geógrafos do período clássico, caracterizada por uma assimetria: aqueles que cultivavam a “Geografia Humana” tinham mais interesse em por ela transitar e em ajudar a reforçá-la que seus colegas que se dedicavam, prioritária ou exclusivamente, à “Geografia Física”. Uma espécie de dano colateral dessa disparidade, em meio a uma exacerbada tendência de especialização nos moldes das ciências naturais e que a muitos tem parecido inexorável, foi o próprio esfacelamento paulatino da “Geografia Física”.

Todavia, teriam todos os geógrafos assistido impassíveis ou abonado esse desenrolar dos fatos? Definitivamente, não. Se descontarmos algumas contribuições prévias, quiçá demasiado embrionárias ou pouco nítidas, uma primeira afirmação da preocupação com a fragmentação da “Geografia Física” adveio com o geógrafo alemão Carl Troll, já em fins dos anos 1930.

Troll, que ainda muito jovem passou da Botânica à Biogeografia, adquirindo em seguida sólidos conhecimentos geológicos e geomorfológicos, pedológicos, hidrológicos e climatológicos, foi um entusiasta e um pioneiro do uso de fotografias aéreas nos estudos ambientais. Foi inspirado na lida com as fotografias aéreas, não menos que na abordagem ecológica que ele encontrou no zoólogo Ernst Haeckel (o qual cunhara o termo *Ökologie* em 1866), que Troll apresentou o enfoque por ele batizado de *Landschaftsökologie*, nomeado em outros países, de maneira um tanto imprudente - uma vez que o termo alemão *Landschaft* possui uma complexidade maior que a sugerida por palavras como *landscape*, *paisagem*, *paysage*, *paisaje* e *paesaggio* -, como *landscape ecology*, “Ecologia da Paisagem”, e assim sucessivamente. Alternativamente, ele utilizou o termo, menos sujeito a controvérsias, *Geoökologie*, ou “Geoecologia”.<sup>4</sup>

A *Landschaftsökologie* ou *Geoökologie* de Troll apresenta uma cristalina preocupação com a costura e a integração dos diversos fatores bióticos e abióticos (ver Troll, 1966a, 1966b, 1966d, 1966f). Além do mais, ele dedicou um interesse sistemático à aplicação dos conheci-

---

4 Porém, isso de muito pouco adiantou: a expressão que acabou sendo mais difundida foi “Ecologia da Paisagem”. Consta que, na verdade, Troll usou a expressão “Geoecologia” para facilitar a circulação internacional de sua proposta (Finke, 1986, p. 9); teria ele pressentido que a tradução de *Landschaftsökologie* para o inglês e outras línguas poderia criar embaraços e gerar polêmicas desnecessárias? Talvez. Não obstante isso, ele próprio empregou, vez por outra, a expressão *landscape ecology* (cf. Troll, 1966g, p. 60). Ademais, mesmo tendo tomado contato, aparentemente só depois da Segunda Guerra, com as ressalvas e advertências de Richard Hartshorne (formuladas em 1939) a propósito do alcance do termo *landscape* e da tradução do vocábulo alemão *Landschaft*, Troll optou por ignorá-las, insistindo na tese de que o conceito científico revestido pela palavra *Landschaft* poderia encontrar, sem maiores dificuldades, equivalentes em outras línguas (ver Troll, 1966e). Tudo isso mostra, no mínimo, que sua cautela e sua presciência foram, quanto a esse assunto, limitadas ou irregulares.

mentos geocológicos à organização do espaço por grupos humanos (ver Troll, 1966a, 1966b, 1966c). Seu pioneirismo, seu brilho e sua imensa estatura científica lhe valeram a capacidade de sobreviver à desmoralização de boa parte da Geografia alemã (que atingiu, em maior ou menor grau, Siegfried Passarge, Hans Bobek, Erich Otremba, Robert Gradmann, Heinrich Lautensach, Walter Christaller e muitos outros) após a Segunda Guerra, por conta do apoio dado a ideias racistas e/ou aos planos de expansão do III Reich. Não obstante isso, Também Troll, ex-professor de Geografia Colonial (*Kolonialgeographie*), assunto sobre o qual publicou extensamente (cf. p. ex. Troll, 1966a, 1966b, 1966c, 1966d), saiu chamuscado da hecatombe que devastou a Alemanha militar, econômica e moralmente. Sua obra não caiu no esquecimento no pós-guerra, mas tampouco teve a repercussão e a influência que poderia. Ainda por cima, a perda de prestígio da língua alemã em favor da inglesa foi um fator importante; antes da guerra, muitos geógrafos francófonos e mesmo anglófonos liam obras de colegas alemães no original, situação que começou a mudar dramaticamente depois de 1945.

Curiosamente, as ideias de Troll e de outros geógrafos alemães foram absorvidas e re-trabalhadas em um contexto aparentemente improvável, dadas a diferenças ideológicas e a rivalidade cultural: a União Soviética do pós-guerra. No fundo, a contradição é ilusória, e as similaridades são profundas: dois regimes totalitários, entusiastas da planificação econômica, altamente centralizados politicamente e incentivadores de estudos de Geografia e Ecologia aplicadas. Todavia, barreiras linguísticas exerceram aí um efeito de freio à ampla circulação internacional das contribuições, por exemplo, de um Victor Sotchava. Será um punhado de geógrafos franceses que se encarregará não apenas de tornar conhecidos os aportes soviéticos (e de alguns geógrafos da Alemanha Oriental), mas igualmente de retomar as preocupações de geógrafos alemães como Carl Troll. Um dos nomes que merecem ser lembrados aqui é o de Georges Bertrand, que deu grande impulso ao emprego continuado do conceito de “paisagem”, na tradição da *Landschaftsökologie* (Bertrand, nascido em 1932, também é, aliás, biogeógrafo, a exemplo de Troll), além de introduzir e popularizar o conceito de “geossistema”, que é interessante, mas ainda pouco conhecido para além da Geografia e da Geomorfologia, achando-se envolto em uma névoa de persistentes interrogações sobre sua operacionalidade.<sup>5</sup>

Será, contudo, outro geógrafo francês, Jean Tricart, ideológica e culturalmente em claro contraste com Troll, que retomará com mais êxito um projeto intelectual semelhante ao do geógrafo alemão, refinando-o e aprofundando-o. Nascido duas décadas depois de Troll, Tricart representava outra geração; mais do que isso, porém, representava uma cultura política de esquerda (ainda que uma esquerda stalinista: aquela do Partido Comunista Francês ao qual Tricart foi filiado), bem distinta da postura conservadora e colonialista de Troll. Além do mais, Tricart, que era um jovem de dezenove anos quando Paris foi ocupada pelas tropas de Hitler, seguramente teve a personalidade política e cultural moldada pelo sentimento de resistência ao invasor germânico. Para completar, se Troll era, em primeiro lugar, um biogeógrafo, Tricart foi, acima de tudo, um geomorfólogo - aliás, um dos maiores de todos os tempos, sendo um dos

<sup>5</sup> Ver, entre outros, os trabalhos de Bertrand (1968) e Beroutchachvili e Bertrand (1978).



pioneiros da Geomorfologia Climática. Talvez tudo isso ajude a explicar como, a despeito de ler alemão e certamente conhecer os principais trabalhos de Troll, Tricart se mostre extremamente parcimonioso em suas alusões à obra do alemão, ao mesmo tempo em que cita profusamente geógrafos alemães discípulos de Troll ou por ele influenciados (cf. p. ex. Tricart; Kilian, 1979).

Se Troll nos legou uma “Geoecologia”, Tricart introduziu uma expressão que inverte a relação entre prefixo e radical: “éco-géographie”. Apesar disso, a sua inspiração na Ecologia, com o fito de promover uma abordagem integrada, é tão evidente quanto em Troll. As semelhanças técnicas com o enfoque de Troll são notáveis, como se vê pela ênfase de Tricart na aerofotogrametria (e, como seria de esperar de alguém de sua geração, também no uso de imagens de satélite).

Tricart também dedicou grande atenção à gestão e ao planejamento. Mas sua época é outra, seus valores são outros: em vez de “incorporação e exploração colonial” (*koloniale Erschliessung*), seu discurso e suas justificativas são o “desenvolvimento econômico”, notadamente o “sustentável” ou, como preferem os franceses, “durável” (*durable*). Sua atenção se voltou, em especial, para os espaços rurais, dos quais era grande conhecedor. Ainda mais claramente que a “Geoecologia” de Troll, sua “Ecogeografia” não só era integradora como, ainda por cima, revelava indubitável interesse em incorporar a sociedade ao campo de visada – sem deixar de ser, no entanto, na essência metodológica, a contribuição de um naturalista. Inicialmente muito simpático ao conceito de “geossistema” de Georges Bertrand, mais tarde dele se afastando por considerar o enfoque de Bertrand demasiado formal e “finalista” (Tricart, 1994, p. 18), Tricart, não obstante, sempre insistiu em um olhar sistêmico, ao mesmo tempo em que buscava aplicar um raciocínio histórico e dialético (como convinha, aliás, a um pesquisador em alguma medida influenciado pelo pensamento marxista). Seja por sua crescente sofisticação teórico-conceitual e metodológica, seja por sua constante procura por demonstrar aplicabilidade aos problemas concretos de organização do espaço, a abordagem de Tricart se tornou mais e mais robusta entre os anos 1970 e 1990 (Tricart, 1972, 1977, 1994; Tricart; Kilian, 1979). Suas pretensões holísticas, porém, estavam destinadas a obter êxito e alcançar popularidade dentro de limites bastante estreitos, em meio a um mundo acadêmico cada vez mais parcelarizado.

*Dentro* das fronteiras disciplinares (leia-se, sobretudo: institucionais) da Geografia, tanto a Geoecologia (com frequência sob o rótulo de “Ecologia da Paisagem”) de Troll quanto a Ecogeografia de Tricart alcançaram mais prestígio que absorção: analogamente ao exemplo de vida do Mahatma Gandhi, muitos são os admiradores e poucos os seguidores consequentes. *Fora* da Geografia, essas propostas holísticas, especialmente a “Ecologia da Paisagem”, foram tratadas como subsídios para enfoques interdisciplinares que, apesar de sua utilidade e das eventuais inovações técnicas, pouco ou nada foram além, no terreno epistemológico, das formulações de Troll (e menos ainda das de Tricart).

Muito antes de Tricart e mesmo de Troll, surgira já, na outra margem do fosso que crescentemente dividiu os geógrafos uns dos outros, uma linhagem alternativa, aliás especialmente ousada e desafiadora: a “Geografia Social” de Élisée Reclus, em vários sentidos antípoda da “Geografia Humana” de figurino lablacheano.



Reclus, geógrafo anarquista francês que, na adolescência, estudara em uma escola religiosa na Alemanha e, mais tarde, foi aluno de Carl Ritter em Berlim, começou sua carreira como um perfeito representante e herdeiro da linhagem dos geógrafos naturalistas. Aliás, diga-se de passagem, um representante internacionalmente aclamado: sua obra *La Terre* (Reclus, 1868-1869), em dois volumes, publicada quando ele contava 38-39 anos de idade, encontrou calorosa acolhida e recebeu elogios inclusive no país em que a Geografia se achava mais avançada, a Alemanha. Por mais que, conforme já foi dito, a sociedade não esteja completamente ausente em *La Terre*, a centralidade aí é toda dos processos e das formas da *physis*, da *première nature* (“natureza primeira”: esse vocabulário, aliás, trai a influência dos filósofos do Romantismo alemão e, acima de tudo, provavelmente de Schelling). Os dezenove volumes da monumental *Nouvelle géographie universelle* (Reclus, 1876-1994), publicada ao longo de duas décadas, constituíram um testemunho do que pode ser constatado como uma transição de interesses de Reclus, que gradualmente foi conferindo um peso cada vez maior à sociedade e à história e ao espaço humanos em seu projeto intelectual.

Finalmente, na virada do século XIX para o XX, Reclus propôs uma “Geografia Social” (*géographie sociale*), enfoque que designava, sob diversos aspectos, um olhar distinto da “Geografia Humana” de geógrafos como Paul Vidal de La Blache e Jean Brunhes. Em que consistiu essa “Geografia Social”? A expressão foi empregada por Reclus em *L’Homme et la Terre* (Reclus, 1905-1908, v. 1, p. IV), sua obra-prima, publicada postumamente graças ao empenho de seu sobrinho Paul Reclus. Sua abordagem vinha evoluindo nessa direção já fazia algum tempo, e em seu *magnum opus*, finalmente, ele a torna totalmente explícita. Podemos dizer que, com isso, completou-se uma alteração de ênfase em seus interesses que se estendeu ao longo de um arco temporal que vai da década de 1860 até 1905, ano de sua morte. O conjunto dos seis volumes de *L’Homme et la Terre* é o resultado final dessa modificação nas prioridades de Reclus, modificação essa que se faz notar no próprio título do trabalho. Sem embargo, a “Geografia Social” de Reclus não desprezava, de modo algum, a dimensão da *physis*, ou seja, da “natureza primeira”; o que ocorre é que o estudo dos processos geoecológicos e das feições naturogênicas passou a estar, no Reclus das últimas décadas do século XIX e do início do XX, crescentemente subordinado ao esforço de decifração da aventura *humana* na Terra. Nesses marcos, cumpre ainda salientar, a humanidade (o “homem”) é vista, em sentido forte, como *sociedade e conjunto de sociedades*, a partir de um ângulo de abordagem que não escamoteia os conflitos e as contradições sociais, diferentemente do que fazia a “Geografia Humana” em estilo lablacheano.

Além do mais, a “Geografia Social” reclusiana não se deixa capturar como um mero projeto de caráter estreitamente “disciplinar”, isto é, de fundação de uma nova disciplina científica em estilo positivista. Bem ao contrário, a oposição à “disciplinaridade” ou ao “disciplinarismo” dá a tônica do projeto intelectual de Reclus: é suficiente, para começar, atentar para as relações entre a Geografia e a História,<sup>6</sup> e daí podemos prosseguir para constatar a enorme valorização do conhecimento etnológico, entre outros.

6 Reclus (1905-1908, p. 4) propõe um feliz amálgama de espaço e tempo logo no início do primeiro tomo de *L’Homme et la Terre*, com a inspirada fórmula “a Geografia é a História no espaço, do mesmo modo que a História é a Geografia no tempo”.

Não seria exagerado dizer que a transgressão das fronteiras disciplinares artificiais então em formação e consolidação (por meio da institucionalização das disciplinas universitárias) valeu a Reclus, quem sabe quase tanto quanto as suas ideias políticas de anarquista convicto e militante, a desconfiança, para não dizer a animosidade manifesta de quase todo o *establishment* acadêmico-universitário francês de fins do século XIX e das primeiras décadas do XX. Como poderia ser diferente? Se pensarmos que o último livro de La Blache, publicado em 1917, sobre a Alsácia e a Lorena, está saturado de nacionalismo e colonialismo (“[m]ilitar e economicamente, metrópoles e colônias provam que constituem um todo”; “[e]sse império colonial merece ocupar a atenção e os esforços, não de uns poucos especialistas, mas da França inteira”, [pois] “[e]le representa o nosso futuro no mundo”; “[a] França está à beira de eventos econômicos perante os quais se impõe a necessidade de tirar o máximo proveito de seu solo e dos territórios que ocupa no mundo” [La Blache, 1994, p. 258-261]), não é nem um pouco difícil compreender que La Blache (e quase que a totalidade da Geografia universitária da época) e Reclus eram antípodas ideológicos.<sup>7</sup>

De toda sorte, façamos a pergunta crucial: poderiam ter sido a “Geoecologia” e principalmente a “Ecogeografia” antídotos eficazes e suficientes contra a fragmentação da “Geografia Física”? De maneira semelhante, pergunte-se: qual teria sido a chance de uma “Geografia Social”, com figurino reclusiano, deter a escalada hegemônica da “Geografia Humana” de perfil conservador e mais afinada com as instituições universitárias?

Uma primeira constatação se impõe: “Geografia Social” e “Ecogeografia” são, elas mesmas, projetos inconclusos, inacabados, além de carregarem as marcas e os limites dos momentos históricos, circunstâncias e espaços em que foram propostas. Mesmo que não mais estivesse trabalhando a pleno vapor, porquanto se achava com a saúde debilitada, Reclus ainda estava lúcido quando se foi, e jamais saberemos o que mais ele poderia nos ter legado se tivesse vivido um tantinho que fosse para além de 1905, muito embora já estivesse bem na casa dos 70 anos quando veio a falecer. A despeito dos muitos *insights* teóricos brilhantes espalhados em sua vastíssima obra e especialmente em sua obra-prima, Reclus não deixou de padecer um pouco do escasso traquejo da Geografia clássica no tocante à teorização, e isso provavelmente sempre atuaria como um freio a sua possibilidade de fundamentar melhor e mais profundamente a “Geografia Social”. Seu próprio arsenal conceitual, aliás, de que se destaca o conceito de meio (*milieu*), qualificado por ele de várias formas distintas

7 Irônica mas compreensivelmente, La Blache, totalmente identificado com a ordem político-social instituída, tinha muito menos afinidade ideológica com esse contestador e *ex-communard* que era Reclus que com Friedrich Ratzel, costumeiramente visto como seu grande rival do outro lado do Reno. Independentemente de quaisquer incompatibilidades ou fricções de fundo nacionalista que possam ser creditadas à distância ideológica entre Ratzel e La Blache, o fato é que, em seus *Principes de géographie humaine*, o fundador da “Escola Francesa” de Geografia cita diretamente o geógrafo alemão fazendo-lhe coro, por exemplo, no que concerne ao papel da Geografia como produtora e guardiã de um conhecimento científico que parte da premissa da “unidade terrestre”, pano de fundo contra o qual se torna inteligível o conteúdo do conceito de *milieu* [La Blache, 1922, p. 5]; ao mesmo tempo, cumpre notar como La Blache ignorou por completo seu compatriota Reclus, autor de volumosos trabalhos (notadamente *La Terre, a popular Nouvelle géographie universelle e L’Homme et la Terre*), cuja existência obviamente não desconhecia.

e complementares, dá testemunho das dificuldades da época para aprofundar a análise do espaço socialmente produzido enquanto tal. Quanto a Tricart, este teve mais tempo para desenvolver e expor sua “Ecogeografia”, e talvez por isso a dúvida seja menor no que tange a suas virtualidades e limitações. A interlocução com a Ecologia e a adoção de um ponto de vista sistêmico, quiçá mais elaboradas e seguramente mais atuais nele que em Troll, foram relativizadas e complementadas por uma visão histórica e dialética (mais evidente nele que no geógrafo alemão), coisa compreensível em se tratando de um geomorfólogo tão próximo do pensamento marxista.<sup>8</sup> Essa abertura “sistêmica” facilitou e abriu as portas para seu interesse permanente pela Terra como morada humana, mormente pelos espaços rurais e seus problemas. O substrato epistemológico e metodológico “sistêmico”, entretanto, rompia (e rompe) de maneira insuficiente com o positivismo. Discípulos e seguidores, além de outros tantos que de algum modo pretenderam dar continuidade às suas preocupações e à sua abordagem, muitas vezes até mesmo empobreceram esta última. Não por acaso, no contexto da paisagem vista como um sistema, a sociedade é reduzida a um “fator antrópico”, discernindo-se mal ou nada as divisões e assimetrias sociais, as classes e frações de classe, os grupos sociais definidos por outras clivagens (como etnia) - enfim, tudo aquilo que empresta realismo à discussão sobre os agentes sociais e como eles transformam o meio onde operam.

É preciso refletir um pouco, enfim, sobre a própria pergunta que dá título a esta seção, para evitarmos qualquer ingenuidade. Indagar se os projetos científicos de Reclus e Tricart teriam feito significativa diferença no destino do campo disciplinar (prestígio científico, imagem pública, papel social etc.), caso tivessem conhecido maior difusão, sugere que se assume como premissa subjacente, implicitamente, *postular que aqueles projetos teriam tido a chance de permanecer na arena de disputas político-intelectuais sem serem distorcidos ou corrompidos*. Porém, seria realista essa premissa? A resposta mais aceitável me parece ser: *parcialmente*, e isso na melhor das hipóteses. Essa é uma ressalva decisiva a qualquer tese muito otimista.

O projeto de Tricart se afigurou, quanto a isso, menos vulnerável, justamente por ser política e epistemologicamente bem menos radical que o de Reclus. Por mais que sua ambição holística tenha o germe de uma crítica frontal à divisão do trabalho acadêmico positivista, o fato de dizer respeito, basicamente, a uma perspectiva situada no interior do macrocampo da pesquisa natural, pensada a partir do ambiente profissional de uma disciplina estabelecida, traz já uma limitação de ferrão crítico. Além de qualquer conteúdo “subversivo”, de um ponto de vista político-social, estar menos diretamente vinculado com seu conteúdo efetivo, não havia exatamente uma promessa de abalar os alicerces epistemológicos disciplinares, mas sim, antes, de reformá-los, reintegrando as contribuições parcelares e recontextualizando o estudo da natureza no âmbito da Geografia, com a ajuda e sob inspiração da Ecologia (coisa que, em si mesma, Troll já propusera no final dos anos 1930 e início dos anos 1940). Ainda que filiado ao Partido Comunista Francês, Tricart, apesar disso - ou talvez por isso mesmo, em última análise -, era parte do *establishment* universitário francês e um cidadão que não ameaçava as instituições

<sup>8</sup> No início dos anos 1950, Tricart chegou a lançar a ideia de uma “Geomorfologia marxista”, em contraposição à “Geomorfologia burguesa”.

de seu país. Em comparação com Troll, impávido professor de *Kolonialgeographie* que manteve relações ambíguas com o Terceiro Reich, sua sensibilidade social e seu sentido político mais crítico são indiscutíveis; mas ele esteve longe de ser um rebelde e um *outsider* como Reclus. Sua Ecogeografia admite ser assimilada, ainda que em versões diluídas, com muito mais facilidade pelo aparato científico-universitário do Estado capitalista que a Geografia Social de Reclus, por mais que a Ecogeografia tampouco seja de fácil absorção pelas instituições da academia disciplinarizada. Os pressupostos sistêmicos de Tricart poderiam ser preservados, embora certas potencialidades talvez permanecessem subexploradas no que tange a modelar as instituições científicas.<sup>9</sup> A bem da verdade, se tomarmos a França atual como ilustração, poderemos constatar que ideias integradoras, em que se assume o “ambiente” (*environnement*) na qualidade de “tema transversal”, sob inspiração de Tricart, Bertrand e outros, já vem ocorrendo, até mesmo, no âmbito da Geografia escolar - de maneira, entretanto, superficial e truncada (conforme analisado, por exemplo, por Mainar e Sourp [2006]). Seria isso algo muito diverso do que ocorre na pesquisa universitária?

Com o projeto reclusiano, a história é outra. Acima de tudo, não se pode perder de vista o anarquismo de Reclus, pensador e cientista com uma vida e uma carreira nada convencionais e uma fama de *enfant terrible* perante o Estado e o mundo universitário franceses; mas tampouco se deve subestimar o fato de Reclus conceber a Geografia Social sem confiná-la aos limites de uma (sub)disciplina e sem sujeitar-se à “disciplinarização” da epistemologia positivista, por mais que ele tivesse pensado seu projeto intelectual com base em sua identidade científica e sua experiência profissional de geógrafo. Tudo isso só torna a Geografia Social um projeto absorvível e “domesticável” ao custo de uma brutal adulteração, de uma fraude.

É por isso que devemos ter cuidado com os devaneios. Por um lado, é tentador imaginar que, ainda que a Ecogeografia e a Geografia Social jamais se firmassem como correntes hegemônicas, maiores visibilidade e penetração já teriam servido para tensionar e, quem sabe, influenciar o curso dos processos de construção da imagem pública, do prestígio científico e do papel social da Geografia; por outro lado, contudo, se a descaracterização e a cooptação teriam sido talvez inevitáveis (especialmente no caso do projeto reclusiano), seria esse um preço aceitável? No interior do status quo, uma presença maior da Geografia Ambiental e da Ecologia Política - preferencialmente nutridas, decerto, pela seiva oriunda dos projetos ecogeográfico e sociogeográfico, mesmo que um tanto diluída -, pelo que possam trazer de colaboração para disseminar conhecimentos comprometidos com a edificação de um mundo melhor e mais justo, provavelmente há de ser, realisticamente, o teto de nossas expectativas. Impõe-se, uma vez mais, a constatação de que a mudança radical do saber e a mudança radical do poder são indissociáveis.

---

9 Notemos que nem mesmo o linguajar dialético precisaria deixar de ser poupado, com a condição de ser mantido aprisionado em um enfoque sistêmico; afinal de contas, mesmo um grande filósofo marxista como Karel Kosik (1985, p. 38) não referendou a perspectiva sistêmica de um Ludwig von Bertalanffy por considerá-la perfeitamente compatível com a dialética? (O que, obviamente, só evidencia a usual subordinação desta última à ontologia e à lógica herdadas, em última análise.)

## 2. “Geografia Ambiental”: *Too little, too late?*

○ mais tardar a partir dos anos 1970, um número crescente de geógrafos não esteve mais disposto a tentar honrar a promessa feita pelos clássicos: propiciar, por meio de sua disciplina, uma ponte entre o conhecimento do “homem” e o do “meio (físico)”, ou entre sociedade e natureza, como hoje preferimos. A bem da verdade, a promessa, em seus termos originais, merecia mesmo ser revista (Souza, 2016). Não havia mais como a Geografia, epistemologicamente frágil e mal equipada teoricamente, pudesse continuar tentando honrar a dívida; tampouco fazia sentido fazer passar o processo de construção do objeto de conhecimento nas pesquisas geográficas *em geral* pelo “coador epistemológico” da perspectiva “homem/meio”. Se já no período clássico essa perspectiva esteve longe de ser a única e muito menos de ter sido praticada exatamente da maneira preconizada pelos cânones - quase toda a “Geografia Física”, como foi dito na seção anterior, mais e mais concentrou-se, em caráter mais ou menos exclusivo, em um dos termos do binômio, o “meio (físico)”, à diferença da “Geografia Humana” -, nos anos 1960 e 1970 a especialização e a verticalização das pesquisas conduziram a formas de construir o objeto em que a dimensão espacial da realidade não implicava nenhum compromisso forte ou direto com a almejada ponte. A proposição e o refinamento de modelos de localização de atividades econômicas, a análise dos processos de urbanização e metropolização, a “Geografia Eleitoral”, os estudos sobre regionalismo, as pesquisas sobre identidades sócio-espaciais,<sup>10</sup> a “Geografia do Crime” ... A lista de focos de uma “Geografia Humana pura” só fez aumentar com o tempo, e é vastíssima atualmente. ○ mesmo se poderia dizer a respeito da “Geografia Física”, com um agravante: especialmente na Geomorfologia, a própria vinculação de dependência para com a Geografia passou a ser questionada, ao se apresentar a Geomorfologia, muitas vezes, como uma ciência independente.

Assim, foi crescendo o número de temas e problemas, e a agenda de pesquisas da Geografia se diversificou. Isso não foi necessariamente ruim; o que foi ruim, ou mesmo péssimo, foi que, no processo, os temas e problemas “híbridos” foram perdendo espaço e prestígio. ○ que antes fora o cerne da identidade geográfica já não parecia merecer, nas décadas de 1980 e 1990, mais que uma atenção periférica, quando muito. É esse o panorama de um passado recente que nos serve de pano de fundo e nos traz tanto lições quanto condicionamentos. Quando, como agora, se vislumbra a necessidade de voltar a prestigiar tais temas e problemas

<sup>10</sup> Tenho insistido, há muito tempo, sobre a conveniência de guardarmos uma distinção terminológica entre “socioespacial” e “sócio-espacial”, abonando, por razões conceituais, ambas as grafias. ○ leitor interessado poderá recorrer, por exemplo, a Souza (2013, p. 15-18) para uma explicação mais circunstanciada; por ora, um brevíssimo esclarecimento, com a ajuda de um exemplo - uma partida de futebol -, deverá bastar. É óbvio que a espacialidade social não deve ser reduzida a sua materialidade, por mais central que seja esse aspecto: um estádio de futebol é uma realidade que ilustra didaticamente o conceito de espaço social, a começar por seu sentido material. Prosseguindo com a analogia, quando queremos fazer alusão especificamente ao espaço de um estádio, com as marcações do campo, as arquibancadas etc., podemos falar de sua estrutura *socioespacial*, sem hífen: aqui, o “social” apenas qualifica o espacial. Não fazemos referência direta às relações sociais que produziram o estádio, ou àquelas que o animam durante uma partida (as tensões e os confrontos entre torcidas, o jogo em si e os interesses econômicos e políticos que possam estar operando nos bastidores do certame). Por outro lado, se a intenção é fazer referência ao espaço e às relações sociais em conjunto, na sua integralidade de realidade social total (mas, ao mesmo tempo, guardando alguma distinção entre espaço e relações sociais), deveríamos utilizar a forma *sócio-espacial*, com hífen.



“híbridos”, isso há de se dar em novas bases: não é possível cogitar voltar no tempo. A velha dívida, pendente ainda, precisa ser questionada, sem que, não obstante, isso signifique voltar as costas para o desafio de promover um radical “diálogo de saberes” *internamente ao próprio campo disciplinar*.

Muito embora vários geógrafos, em diversos países, da Alemanha ao Brasil, nunca tenham abandonado inteiramente o gosto por investir em análises integradas que desafiassem as Geografias “Humana” e “Física” “puro-sangue”, a marginalidade desses esforços, nas décadas de 1980 e 1990, era patente. Foi só a partir do fim do século XX ou do início do XXI que se adensou uma movimentação rumo a uma revalorização do que, na maioria das vezes, se chamará, seguindo um exemplo anglo-saxônico, de “Geografia Ambiental” (*environmental geography*). Em uma época em que o domínio linguístico do inglês e a hegemonia cultural e científico-tecnológica do universo acadêmico anglo-americano são, para o bem e para o mal, inegáveis, espíritos desavisados podem ter a impressão de que essa liderança e essa iniciativa da Geografia anglófona vieram em boa hora. No entanto, há muita coisa a ser relativizada e colocada no seu devido lugar, quanto a isso.

Os anglo-saxônicos, valendo-se de sua posição hegemônica, parecem reinventar a roda (justo eles, que antes, nas décadas de 1970 e 1980, usaram sua hegemonia para desacreditar o mesmo projeto que alguns entre eles agora ousam defender...). Como sói acontecer, o olhar anglo-saxônico, ao pensar a trajetória do campo disciplinar e a formação da identidade profissional, é marcadamente anglocêntrico, como nesta passagem de Castree et al. (2009, p. 1):

Na noite de segunda-feira, 31 de janeiro de 1887, Halford Mackinder proferiu um famoso discurso na Royal Geographical Society de Londres. Em sua palestra - intitulada “On the scope and methods of geography” - ele explicou como e por que a Geografia deveria ocupar seu lugar ao lado de outras disciplinas dentro da divisão acadêmica do trabalho. Sua estratégia, ao mesmo tempo simples e audaciosa, era questionar essa divisão de trabalho. A Geografia, argumentou Mackinder (1887), pode “colmatar uma das maiores lacunas” [“bridge one of the greatest of all gaps”]: a saber, aquela que separa “as ciências naturais e o estudo da humanidade”.

Pode-se, claro, citar Mackinder nesse contexto - mas com a condição de não ignorar que as prescrições epistemológicas congêneres fornecidas por geógrafos alemães (Ratzel, Hettner etc.) e franceses (La Blache, Brunhes etc.) foram, por muito tempo, muito mais influentes e sistemáticas que aquelas originadas na Geografia britânica (ou estadunidense). Quanto ao momento presente, Castree et al. (2009) assinam o capítulo introdutório de uma obra coletiva que, eivada de anglocentrismo, decerto se tornará um marco duradouro, dada a hegemonia cultural supramencionada. Isso não nos deveria cegar, porém, para a necessidade de perceber as falhas e as limitações de seus esforços, por mais que sejam úteis - por exemplo, e especialmente, quando se trata de delinear os contornos do que seria a Geografia Ambiental.



Castree e seus colaboradores relativizam algumas coisas, e às vezes eles têm razão; nem sempre, porém, o fazem de maneira muito consistente. A primeira relativização por eles empreendida, no referido capítulo introdutório, de forte vocação programática, diz respeito à imagem da Geografia Ambiental como um “*middle ground*”, o que, para eles, é uma simplificação exagerada:

Embora a Geografia Ambiental seja frequentemente entendida como uma espécie de terreno intermediário ou meio-termo [*middle ground*] entre a Geografia Humana e a Geografia Física, isso simplifica muito o formato da disciplina e, portanto, os problemas que enfrentamos, forçando laços mais estreitos de conexão coletiva, colaboração e solidariedade entre suas várias partes e ramos. Mais do que pensar na Geografia como dividida horizontalmente entre as Geografias Humana e Física, também precisamos reconhecer que a heterogeneidade dentro dessas divisões muito amplas significa que elas também se estendem na dimensão vertical [...], bem como em uma terceira dimensão, a do tempo. As implicações dessa verticalidade são várias. Primeiro, as lacunas verticais dentro da Geografia Humana entre, digamos, os propositores de modelos de mudança do uso da terra e os vários teóricos pós-naturais [*post-natural theorists*] do ambiente podem nos fazer bocejar mais ainda que a suposta divisão Física/Humana. Mas, em segundo lugar, reconhecer essa verticalidade implica também que deveria haver muito mais pontos potenciais de contato do que o sugerido pelas ideias simplistas em torno da Geografia Ambiental como uma espécie de ponto intermediário entre a Geografia Humana e a Geografia Física (Castree et al., 2009, p. 4-5).

Contudo, vejamos: o fato de haver outras fissuras no interior da Geografia não impede que, a título de identificação inicial, se posicione a Geografia Ambiental, sim, como um “*middle ground*”. No afã de ser ou parecer mais sofisticados, não terminamos, às vezes, jogando fora a virtude do didatismo ou sacrificando a clareza? Além do mais, relativizar em excesso pode também enfraquecer um argumento e distorcer a realidade: tem havido, por óbvio, outras fraturas no interior da Geografia, mas nenhuma tem sido tão dilacerante quanto aquela entre “Geografia Física” e “Geografia Humana”. A oposição entre “Geografia Sistemática” e “Geografia Regional” perdeu sua importância, e as fissuras ou a escassez de diálogo entre “subdisciplinas” como Geografia Econômica, Geografia Política, Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia da População e Geografia Cultural (ou, com maior razão ainda, entre Geomorfologia, Climatologia, Pedologia, Biogeografia e Hidrologia) não são, no geral pelo menos, tão relevantes ou profundas (e de tão difícil superação) quanto o abismo entre “Geografia Física” e “Geografia Humana”.

Uma segunda relativização feita por Castree e seus colaboradores concerne à crítica de uma postulação de “simetria”, a qual criaria a expectativa de que aqueles que se dedicassem à Geografia Ambiental deveriam fazê-lo “simetricamente”, revelando igual proficiência com as teorias, os conceitos e os métodos da pesquisa natural e da pesquisa social:

O segundo equívoco deriva desse primeiro. Ver a Geografia Ambiental como o ponto central de uma divisão unidimensional entre a Geografia Humana e a Geografia Física leva a uma definição muito estreita do que a Geografia Ambiental é e deveria ser. Implícita no pensamento de muitos geógrafos hoje - tão implícito que agora é indiscutivelmente parte do folclore geográfico -, está a ideia de que apenas uma abordagem totalmente “simétrica” das relações seres humanos/ambiente conta como Geografia Ambiental “real”. Por simétrica queremos dizer uma abordagem que presta uma atenção igualmente detalhada às pessoas e aos não-humanos a propósito de sua interação (Castree et al., 2009, p. 5).

Ora, a advertência soa válida, mas, cá entre nós: qual é a real necessidade de fazê-la? Que profissional experiente acalentaria uma expectativa assim tão irrealista? Seguramente, o importante não é *de onde se vem, mas sim para onde se vai...* No entanto, é sensato admitir que o “de onde se vem” (o ambiente de socialização acadêmica original) guardará sempre suas marcas, sem contar que não se deve esperar que os talentos e os interesses estejam “simetricamente” presentes em cada indivíduo! De tão óbvio, isso mal precisaria ser afirmado.

Por fim, Castree e os outros co-organizadores da coletânea *Environmental Geography* oferecem aquela que é a mais fraca das três relativizações:

Esse sentido mais alargado da Geografia Ambiental destaca um terceiro equívoco sobre ela, ou seja, o de que ela se limita à disciplina da Geografia. A Geografia Ambiental extravasa para outras disciplinas e campos que compartilham seu interesse pela “experiência geográfica” (e pelas interações entre os seres humanos e o seu ambiente) (Castree et al., 2009, p. 6).

Para pesquisadores afeitos ao espírito da interdisciplinaridade, essa observação surge como simpática, ao menos em um primeiro momento. Mas ela é ingênua. Diferentemente, digamos, da Ecologia Política (sobre a qual discorrerei na próxima seção), a Geografia Ambiental não surge como um campo científico(-político) interdisciplinar; ela nasce a partir da Geografia, e se explica à luz das particularidades e idiosincrasias da história da Geografia. Ela é uma tentativa dos geógrafos de formação de ajustarem contas com seu passado e reinventarem seu futuro profissional. Aliás, ela não é, em certo sentido, diferente da História Ambiental, da Sociologia Ambiental ou da Economia Ecológica. De mais a mais, por que cargas d’água se deveria esperar que sociólogos, economistas, antropólogos ou historiadores (ou biólogos, geólogos etc.) revelassem grande interesse pela trajetória e pelos debates da Geografia Ambiental? Interesse pelos marcos da interdisciplinaridade (ou, quem sabe, de algo ainda mais ousado), sem dúvida! Mas isso não significa que a Geografia Ambiental “não seja apenas Geografia”. Esse é o tipo de ressalva que, politicamente correta (?!), mais obscurece que esclarece.

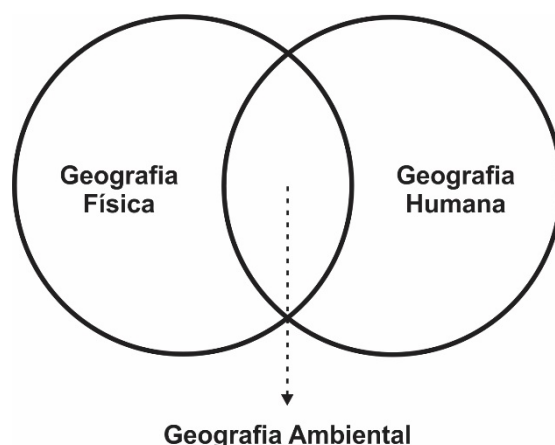
Quais as perspectivas de sucesso da Geografia Ambiental? Teria ela a capacidade de reverter, mesmo que somente em parte, a indiferença recíproca entre geógrafos “humanos” e “físicos”? Noel Castree, quanto a isso, parece ter oscilado entre o pessimismo e o otimismo. Em um livro anterior, apenas de sua lavra, mostrou-se ele melancólico, como se muito pouco pudesse ser feito a respeito (Castree, 2005, p. 103/244). Já no capítulo introdutório de *Environmental Geography*, ele e seus colaboradores, talvez por dever de ofício, talvez para injetar ânimo nos jovens leitores, ou talvez por genuína convicção (ou uma mistura disso tudo), revelam-se antes otimistas que pessimistas:

Embora o termo seja talvez menos familiar do que as Geografias “Humana” e “Física”, a Geografia Ambiental merece um maior reconhecimento dentro e fora da disciplina. Como esta coletânea foi projetada para mostrar, a Geografia Ambiental é muito mais do que simplesmente a interseção residual das duas metades da Geografia. A Geografia Ambiental é um campo amplo, diversificado e vibrante de conhecimento, com poucos (se algum) equivalentes em outras partes da divisão acadêmica convencional do trabalho (Castree et al., 2009, p. 2).

Uma vez dito tudo isso, se me afigura essencial postular agora algumas coisas fundamentais. Em primeiro lugar, creio ser básico o reconhecimento de que a Geografia Ambiental deve ser tratada antes como um *enfoque* (ou “olhar”) que como um subcampo ou ramo. Geógrafos com as mais diversas origens e experiências de pesquisa (pesquisa agrária, urbana, geomorfológica...) podem e devem colaborar com o esforço coletivo de construir objetos de conhecimento “híbridos”.

Em segundo lugar, convém salientar que a Geografia Ambiental *não pode e não deve pretender confundir-se com o conjunto da disciplina*. Sua vocação é mais modesta: a partir da Geografia, resgatando as suas tradições e seu acervo de conceitos e abordagens, acumulado ao longo de gerações, contribuir para elucidar os problemas que nos afligem ao compreendermos os desafios que envolvem a chamada “questão ambiental” ou “crise ecológica”, em várias escalas. Com base em uma compreensão ampla e não mutilada do conceito de *ambiente* e convocando igualmente outros tantos conceitos do arsenal geográfico (como *território* e *lugar*), a Geografia Ambiental almeja ser a chave-mestra com que os geógrafos podem ter acesso aos e contribuir com os debates que cercam atualmente a Terra como morada humana. Por esquemática e simplificada que seja, a caracterização da Geografia Ambiental como um “terreno intermediário”, ou um “conjunto interseção” entre “Geografia Física” e “Geografia Humana” (Figura 3), não deixaria de ter um quinhão de validade e substituiria o projeto clássico que pretendia fazer com que a Geografia como um todo desempenhasse esse papel.

### Figura 3 – A Geografia Ambiental como um “conjunto interseção” entre “Geografia Física” e “Geografia Humana”



A simples caracterização da Geografia Ambiental como um “conjunto interseção”, nesses termos, poderia, entretanto, nada mais ser que uma transposição, para uma escala mais modesta, do mesmo impasse de que padeceu o projeto clássico. E assim será inevitavelmente, se não se reconfigurarem nossos marcos epistemológicos, teórico-conceituais e metodológicos. Conforme já insisti em trabalho anterior, é necessário substituir o *pensamento dualista* (ou dicotômico) pela aposta na *bipolarização epistemológica*. Com efeito, bipolarização não é dualismo e nem endossa uma dicotomia: assim como privilegiar (não por hierarquia epistemológica, mas sim por preferência individual e aptidão) o polo do conhecimento sobre a sociedade, na trajetória de cada indivíduo, não impede que se valorize ativamente a dimensão biofísica do mundo (os fatores, dinâmicas e processos geoecológicos), da mesma forma privilegiar (*idem*) o polo do conhecimento sobre a natureza não elimina a necessidade de se “historicizar” a visão que se tem da natureza e se relativizar o alcance e até mesmo a “pureza” dos processos naturogênicos!

Aceitarmos que existem diferenças entre os domínios ontológicos (“modos de ser”), daí decorrendo a admissão de que as condições de obtenção do conhecimento (epistemológicas), as características das explicações gerais (teóricas) e as estratégias de pesquisa (metodológicas) variarão e não serão uniformes, ao contrário do que preconiza o positivismo do “método científico único”, não implica acreditarmos que não haja complementaridade entre as diferentes perspectivas e formas de construir o objeto de conhecimento. A diferença não reside, claro, no tipo de espaço: não há um “espaço natural” que se distinga, em termos ontológicos fortes, nas escalas da experiência humana, de um “espaço social” (jamais houve: isso só foi ficando mais evidente, mas a percepção da natureza sempre foi mediada pela história e pela cultura, e a própria ideia de natureza é uma construção histórico-culturalmente; note-se como Tricart reconhece isso claramente). A diferença está no arcabouço epistemológico que embasa a inteligência, a pesquisa (ou seja, o modo de construir o objeto), e também no arsenal metodológico utilizado.

É crucial esclarecer que é perfeitamente legítimo fazer Geografia com métodos das ciências da natureza (temperados pela compreensão social, histórica e cultural de suas limitações e sua relatividade) para investigar fatores, dinâmicas e processos geoecológicos, no presente (inclusive

em meio às metrópoles mais “artificiais”), mas também no passado (inclusive, hipoteticamente, em um passado paleogeográfico anterior ao homo sapiens, no limite); e é perfeitamente legítimo e possível fazer Geografia com métodos das ciências da sociedade (temperados pela valorização da dimensão biofísica do planeta), com a finalidade de analisar a produção propriamente social do espaço. Concomitantemente à autonomização de (ex-)subcampos como a Geomorfologia, com a “Geografia Física” (no sentido de um agregado de subcampos) convertendo-se em algo cada vez mais residual, tornou-se corrente admitir que a “natureza” que interessa ao geógrafo é sempre hominizada. Isso pode ser um avanço ou uma simples questão de bom senso, desde que não percamos de vista o seguinte: 1) “historicizar” a nossa percepção da natureza não deveria equivaler a negar a possibilidade de existência de um domínio epistemológico, teórico e metodológico no qual é válido e necessário recorrer a formulações e se servir de procedimentos à maneira das ciências naturais; 2) os estudiosos da produção social do espaço e das práticas espaciais precisam, em contrapartida à “historicização” do saber sobre a natureza, reconhecer que não devem ignorar os processos e dinâmicas geocológicas.

Assim, a distinção entre as perspectivas *sociogeográfica* e *ecogeográfica* - adotando as tradições terminológicas e as inspirações teórico-epistemológicas reclusiana e tricardiana, respectivamente - é de ênfase, compreendendo, de uma vez por todas, que *diferençar não é separar*. Ambas, porém, podem servir de plataforma para a elaboração de problemas que, por sua substância mesma, são “híbridos”, no sentido de exigirem a conjugação dos métodos das ciências da natureza e da sociedade: assim como medições climatológicas ou o exame de riscos geotécnicos não fornecem um modelo metodológico válido para a investigação da formação e evolução de identidades sócio-espaciais e conflitos ambientais, tampouco pode a análise crítica de discurso ou a etnografia explicar o âmago físico e químico de processos geocológicos como o intemperismo, a erosão e a chuva ácida (conquanto possam ajudar a elucidar os seus eventuais pressupostos e efeitos sociais). Sem embargo, Marx dialogou com as ideias do químico Justus von Liebig (que lhe inspirou, por meio do conceito de metabolismo [*Stoffwechsel*], a noção de “metabolismo social” entre a humanidade e a natureza) e expressou sua admiração por Charles Darwin, sem contudo deixar de fazer ciência social; e Darwin fora antes, de sua parte, influenciado pelo economista Thomas R. Malthus, sem deixar por isso de fazer ciência natural. As interlocuções, por conseguinte, não interdita a manutenção das identidades científicas, e é da troca entre os diferentes que vem a riqueza. Isso, que vale para as ciências em geral, vale ainda mais para a Geografia, e hoje em dia é a “Geografia Ambiental” o laboratório por excelência para se experimentar esse diálogo de saberes.

Conforme já foi dito, a Geografia Ambiental é melhor definida como um *enfoque* ou um “olhar” que como uma subdisciplina dotada de um território próprio e bem demarcado. Um “olhar” que, na verdade, surge do encontro de dois “olhares”, o sociogeográfico e o ecogeográfico. (Encontro esse que provavelmente sempre carregará alguma tensão, mas que bem pode e deve ser uma tensão construtiva, não uma negação mútua ou desejo de aniquilação recíproca.) A Geografia Ambiental, portanto, é, antes de mais nada, uma perspectiva: aquela que valoriza proposição de temas e problemas “híbridos” no sentido acima delineado, que chamei alhures de “mestiçagem epistemológica” (Souza, 2016, p. 36-37/44/46). Essa “mestiçagem epistemoló-



gica”, antigamente uma prerrogativa que a Geografia reclamava para si em caráter exclusivo e abrangente, sob a roupagem da fórmula “ciência-ponte” e congêneres, deve ser encarada por nós de um modo diverso, ao mesmo tempo *menos* e *mais* ambicioso.

Por um lado, *menos ambicioso*, porque não se deve cometer o desatino de pretender que toda a Geografia se confunda com uma Geografia desse jaez. Salientar que temas e problemas “híbridos” são relevantes e devem ser cultivados não quer dizer que só eles sejam relevantes: temas e problemas não clara ou diretamente “híbridos”, das práticas espaciais de movimentos sociais à evolução de paleoformas de relevo, podem e devem, evidentemente, ser prestigiados, e o aprofundamento de certas discussões faz disso algo cada vez mais esperável e talvez inevitável.

Por outro lado, *mais ambicioso*, porque se admite que só graças a um *aprofundamento teórico* e a uma *familiaridade com alguns debates filosóficos e científicos que transcendem a Geografia* será possível oferecer o lastro necessário para que a “mestiçagem epistemológica” não passe, na prática da pesquisa, de uma quimera. Quanto a isso, recordemos brevemente, para extrair uma lição, as (auto)limitações advogadas e sintetizadas por geógrafos como Paul Vidal de La Blache e Jean Brunhes.

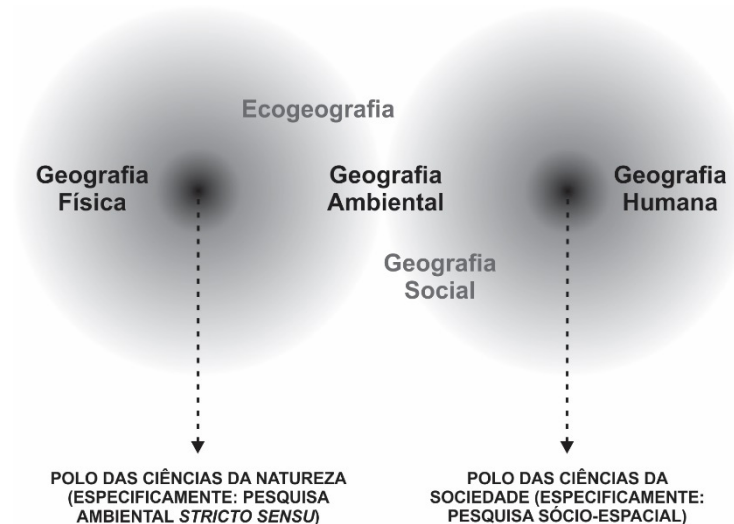
Em um artigo-conferência de 1913, La Blache utilizou, a título de balizamento, a fórmula epistemológica que se tornaria famosa, segundo a qual a Geografia era uma “ciência dos lugares, não dos homens” (La Blache, 1913, p. 299). Jean Brunhes, contemporâneo de La Blache, já havia, alguns anos antes, recomendado que a “Geografia Humana propriamente dita” deveria ser “muito mais a *Geografia das obras humanas materiais* que a *Geografia das massas e raças humanas*” (Brunhes, 1910, p. 90, grifado no original). Conhecido com justiça como um dos grandes sistematizadores da *géographie humaine*, Brunhes não deixou margem a dúvidas de que, longe de estar a restringir indevidamente o escopo da Geografia em detrimento dela, em sua própria visão a Geografia seria, isso sim, uma ciência singularmente privilegiada: concomitantemente com uma profissão de fé sobre a relevância dos estudos empíricos de detalhe (sob a forma de “monografias de pequenas unidades naturais”, em suas palavras), sentenciou ele que os geógrafos não deveriam ocupar-se, eles mesmos, de “construir teorias sociais”, cabendo-lhes, em contraste com outros cientistas, o civilizatório papel de “mostrar a impossibilidade ou a inexatidão de certos sistemas *a priori* e demasiado abstratos” (Brunhes, 1910, p. 747). Imaginar que a Geografia seria mais concreta que as demais ciências foi o suprassumo da ingenuidade, uma ingenuidade fadada a dar não mais que um suporte de limitado fôlego à megalomania de nela ver uma disciplina que, de tão abrangente, poderia encarar tantas outras como “auxiliares”, como já o propusera Carl Ritter (1862, p. 27 et seq.). Diante de uma realidade empírica que, enquanto tal, é e sempre será inesgotável, e na falta de interesse por incessantemente reestruturar o pensamento como a ajuda imprescindível da teorização (vale dizer, da busca sistemática por enxergar traços comuns e compreender relações em diferentes níveis de abstração/concretude, nos marcos de uma dialética entre geral e particular), restaria à Geografia uma tarefa que, de tão imensa, seria simplesmente inconcebível - não fosse o expediente “salvador” da automutilação.<sup>11</sup>

11 Entretanto, que não se jogue fora o bebê com a água do banho! As monografias regionais e outros estudos de cariz “idiográfico” foram, com grande dose de razão, desdenhados e abandonados entre os anos 1960 e 1970, por seu empirismo



Se formos, diante do exposto, convidados a representar graficamente o “lugar” da Geografia Ambiental, poderíamos empregar um esquema como o da Figura 4, muito mais permeável a sutilezas e menos incompleto que a simplificação da Figura 3. (As palavras “Ecogeografia” e “Geografia Social” se acham grafadas em cinza claro pelo fato de serem, conforme comentamos e discutimos, projetos alternativos e mais ou menos marginais, e não hegemônicos.)

**Figura 4 – O “lugar” da Geografia Ambiental: um projeto em construção**



A bandeira da Geografia Ambiental decerto chega tarde, mas quiçá não tarde demais. Quanto à contribuição que ela poderá realmente dar à renovação da Geografia e, o que é infinitamente mais importante, ao mundo e à práxis emancipatória de homens e mulheres concretos, ainda é muito cedo para vaticinarmos que essa contribuição será insignificante ou significativa. Seu tamanho será fruto da capacidade de percepção e mobilização dos próprios geógrafos, assim como de outros tantos fatores, como a correlação de forças dentro da academia e fora dela que, de maneiras variadas, é influenciada pela percepção pública do que é, tem sido e poderia ser a Geografia, e do que esta pode fazer para, como disse o Galileu Galilei da peça homônima de Bertolt Brecht, “aliviar a cansa da existência humana”.

### 3. A Ecologia Política e sua agenda como um fator motivacional?

Encarada a partir de um ângulo estritamente da pesquisa acadêmica, a Ecologia Política admite ser entendida como um campo de conhecimento interdisciplinar que lida com os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos histórico-geográfico-culturais concretos e específicos. Não obstante, a Ecologia Política não se resume a um conheci-

---

ingênuo e suas pretensões quase enciclopédicas. Não obstante, esses estudos ilustram um “olhar horizontal” que deveria ser valorizado. Nos preocupamos cada vez mais com o aprofundamento em pormenores e com a especialização (o “olhar vertical”), sem atentar para a importância da visão de conjunto e da capacidade de contextualizar para elucidar (inter)relações. Desde que conduzidas com lastro teórico, a partir de uma clara problematização e sem pretender descrever “tudo”, saber combinar os dois “olhares” é uma condição *sine qua non* para compreender a realidade dos problemas sócio-espaciais e ambientais nas mais diversas escalas.

mento de tipo acadêmico-universitário. Em primeiro lugar, porque ela não tem sido jamais um conhecimento puramente científico (no sentido de elaborado somente por profissionais reconhecidos e que reconhecem a si mesmos como cientistas), e tampouco e muito menos um saber de formato totalmente acadêmico (no sentido de produzido em instituições de pesquisa universitária). Filósofos e ensaístas - de um André Gorz a um Hans Magnus Enzensberger, entre outros - deram, na década de 1970, impulsos tão ou mais importantes para o estabelecimento e a visibilidade dos debates e raciocínios político-ecológicos quanto a contribuição de um antropólogo profissional como Eric Wolf; isso sem contar as reflexões seminais de Murray Bookchin, ainda nos anos 1960, para as quais ele (um neoanarquista erudito e brilhante, mas basicamente autodidata) preferiu o rótulo de Ecologia Social (*social ecology*), cunhado pelo urbanista libertário alemão Erwin Gutkind.<sup>12</sup> Em segundo lugar, porque a Ecologia Política sempre foi, também, um saber com um forte lado ativista, ou de compromisso com a práxis. Com isso, não só aqueles que cultivam a Ecologia Política têm geralmente saudado e valorizado as contribuições oriundas da produção discursiva e intelectual de ativistas envolvidos em lutas concretas, mas, além do mais, especialmente em determinados contextos político-culturais e linguísticos (como a França e a América Latina) a Ecologia Política tem estado, como referência de produção de saberes e promotora de debates, tão associada ao universo político *lato sensu* (incluindo-se aí movimentos sociais e ONGs, além de partidos políticos) quanto ao mundo da pesquisa universitária.<sup>13</sup>

Podemos dizer, por conseguinte, que a Ecologia Política não é uma “nova disciplina científica”, mas sim um saber que, em maior ou menor grau, tem se beneficiado e sido alimentado pelos aportes oriundos de disciplinas científicas estabelecidas e, também, de debates os mais variados e da produção discursiva de organizações as mais diversas, de partidos a organizações de movimentos sociais. Entre as disciplinas acadêmicas que têm estado envolvidas com a construção da Ecologia Política figura a Geografia, mas a intensidade e a visibilidade da presença dos geógrafos têm variado bastante. No mundo anglo-saxônico, os geógrafos de formação têm, ao lado dos antropólogos, exercido um pronunciado protagonismo, desde que Piers Blaikie e seus colaboradores apontaram o caminho, em meados dos anos 1980.<sup>14</sup> No Brasil, infelizmente, isso ainda não acontece, a despeito das marcas indeléveis de alguns pioneiros de relevo (lembremos, para começar, de Orlando Valverde<sup>15</sup>) e da presença contemporânea de uns poucos representantes notáveis (com destaque para Carlos Walter Porto-Gonçalves<sup>16</sup>).

12 Os interessados na gênese da Ecologia Política devem consultar, de André Gorz, o livro *Écologie et politique*, publicado sob o pseudônimo de Michel Bosquet (1978); quanto a Enzensberger, seu ensaio de 1973, republicado em 1974 e traduzido para o inglês no mesmo ano, pode ser visto como um dos mais relevantes chamamentos à reflexão crítica sobre a dimensão política da questão ambiental (Enzensberger, 1974). Eric Wolf, de sua parte, é sempre lembrado por seu brevíssimo artigo “Ownership and political ecology” (Wolf, 1972), mas cuja importância não se deveria exagerar. Os ensaios de Murray Bookchin, especialmente aqueles dos anos 1960 em diante, merecem ser tidos como leituras obrigatórias, e cuja atualidade ainda hoje largamente se mantém intacta (ver, por exemplo, Bookchin, 2004, 2005, 2007).

13 Isso transparece em alguns dos trabalhos incluídos na importante coletânea organizada por Bryant (2015), mas fica ainda mais evidente nos dois volumes organizados por Alimonda, Toro Perez e Martin (2017), testemunhos do grau de maturidade e da densidade da reflexão político-ecológica na América Latina, bem como de seus estreitos vínculos com a *práxis*.

14 Consultar Blaikie e Brookfield (1987). Quanto a trabalhos posteriores representativos da produção dos geógrafos anglo-saxônicos, que não parou de se avolumar nos últimos três decênios, podemos citar, a título de ilustração, Peet e Watts (2004) e Robbins (2012).

15 Basta mencionar seu livro *Grande Carajás: planejamento da destruição* (Valverde, 1989).

16 Citemos, para exemplificar, somente alguns poucos trabalhos representativos: Porto-Gonçalves (1984, 2013, 2014).

Mesmo quando inscrita no âmbito acadêmico como campo de pesquisa e ensino universitários, a Ecologia Política é um saber que, tipicamente, ambiciona promover um encontro (no sentido forte do inglês *encounter*) entre o saber acadêmico (seja o científico, seja o filosófico ou ensaístico) e os “saberes populares”/“saberes vernáculos” extraídos do mundo cotidiano dos agentes sociais e frequentemente derivado de experiências de resistência e conflito. Assim, não é à toa que a politização crítica do saber de tipo “ecológico” promovida pelos que se dedicam à Ecologia Política tem sido uma via privilegiada para problematizar um sem-número de situações-chave, da maior importância para a justiça social e a qualidade de vida (ou o “bem viver”). Da degradação ambiental aos conflitos ambientais e à injustiça ambiental, a agenda político-ecológica, uma vez assumida sem hesitação e enriquecida substancialmente pelos geógrafos, pode ser a principal força de expressão e reconhecimento público da Geografia Ambiental. Enquanto se organiza “internamente” à Geografia, a Geografia Ambiental pode, ao mesmo tempo, colaborar com a Ecologia Política, que é um campo interdisciplinar por história e vocação, beneficiando-se simultaneamente da relevância e da visibilidade desta última.

Como se isso não bastasse, a Ecologia Política, por seu acúmulo de discussões e por sua riquíssima trajetória, pode auxiliar os dois macrotipos de geógrafos pesquisadores, “humanos” e “físicos”, a temperarem seus saberes, superarem suas limitações (mesmo que apenas em parte) e abandonarem seus preconceitos. Os geógrafos “físicos”, mesmo quando eventualmente “repaginados” e reposicionados de maneira mais robusta e integradora como ecogeógrafos, precisam ser incentivados a “historicizar” a sua visão da natureza de modo menos incompleto, deixando decididamente para trás as generalizações-obstáculo no estilo “fator antrópico”, ao mesmo tempo em que se podem beneficiar de um estímulo menos limitado e limitante para considerar a sociedade que aquele propiciado pelo pragmatismo obtuso da gestão e do planejamento ambientais convencionais e pela filiação à ideologia capitalista do “desenvolvimento econômico” (contumazes acobertadores de uma perspectiva utilitarista de “dominação da natureza”, vazia ou superficial em matéria de conteúdo bioético e socialmente pouco crítica). Quanto aos geógrafos “humanos”, podem ser, graças a uma abertura a preocupações e raciocínios político-ecológicos, (re)lembrados de que não devem ignorar ou menosprezar os condicionamentos biofísicos dos processos sociais, por mais relativos e mediados pela história e as técnicas que eles sejam.

A Ecologia Política não é monopólio de qualquer corrente político-filosófica específica. Isso, que talvez soe intuitivo para muitos leitores, precisa ser sublinhado, na medida em que há quem teime em passar uma impressão distinta. A vocação da Ecologia Política para uma certa “indisciplina” se manifesta no fato de que um saber tão nutrido por fontes ativistas quanto dotado de um tão largo horizonte epistêmico não se ajustaria facilmente à divisão positivista do trabalho acadêmico e seu “disciplinarismo”: ao menos em tese ou em princípio, os praticantes da Ecologia Política parecem inclinados a reconhecer - às vezes com veemência, muitas vezes de maneira sutil - que a própria interdisciplinaridade, isto é, a cooperação sistemática entre praticantes de disciplinas, não é suficiente, fazendo-se necessária uma ousadia maior.<sup>17</sup> Essa

17 Esse maior arrojo tem nome, infelizmente mais declarado que praticado: ecoando Piaget (nem sempre conscientemente), alguns falam, volta e meia, em “transdisciplinaridade”. Não obstante, se nem sequer a interdisciplinaridade (amiúde confundida com uma simples multidisciplinaridade) consegue se firmar, não deveríamos ser demasiado afoitos, correndo

tendência à “indisciplina” oferece o pretexto ideal para afirmar que, a despeito da construção de uma tradição e uma identidade de crítica social e inconformismo, essa tradição e essa identidade são plurais. Um *pluralismo crítico* é o que melhor caracteriza a Ecologia Política. O marxismo, que muitas vezes se arrogou o privilégio de ser a matriz da Ecologia Política por excelência (deixando de lado, com isso, contribuições fundamentais, como as do neoanarquista Murray Bookchin), é apenas uma das matrizes discursivas e teóricas que têm colaborado com o esforço de elaboração do campo em questão. As contribuições libertárias, notadamente, precisam ser devidamente apreciadas.

A Ecologia Política também necessita, por fim, dizer um decidido “não!” ao colonialismo. Muitos de nós gostamos de pensar que posturas colonialistas e eurocêntricas são atributos exclusivos de pesquisadores e intelectuais assumidamente conservadores. Desgraçadamente, isso não é verdade. A pesquisa crítica ou radical e mesmo o pensamento dito “pós-colonial” ou “decolonial” de matriz europeia ou estadunidense se apresentam, com assustadora frequência, eivados de preconceitos etnocêntricos. Um dos preconceitos mais comuns reside em, tacitamente, presumir que no “Sul global” há importantes lutas e ativismos (que nutrem, aliás, boa parte das reflexões e pesquisas no “Norte”), mas não pensamento teórico (ou filosófico) digno de nota. Tal presunção, míope e injusta, não raro convence ou contamina os próprios pesquisadores do “Sul”, com isso reforçando estereótipos e assimetrias de poder e influência. Como integrante do campo político-intelectual socialmente crítico, a Ecologia Política precisa ser coerente, rompendo com práticas de subalternização que reproduzem um padrão de tutela epistêmica. Quanto aos pesquisadores baseados na América Latina, na África ou na Ásia, deles é lícito esperar disposição para exigir e zelar por essa coerência com vistas à construção permanente de uma Ecologia Política (e de uma Geografia Ambiental, pode-se acrescentar) que, cônica de sua situacionalidade cultural e histórica, assuma, sem provincianismo, seu lugar de fala.

### **Arremate: “A Geografia é maravilhosa; o problema são os geógrafos...”**

Ouvi a frase que uso no título desta conclusão em uma conversa com uma antiga professora minha, dona de uma inteligência penetrante e de uma franqueza cortante. De uma mordacidade a toda prova, o comentário chama atenção para um problema geral e crônico: com muita frequência, os geógrafos de carne e osso estão aquém da complexidade fascinante que a Geografia, examinada um tanto de longe, prometeu encarnar (e, às vezes, de fato encarnou).

Por mais que tenha muito de dolorosamente verdadeira, a frase cáustica não pode mascarar um fato: as ciências não existem “flutuando” em um mundo intelectual independente dos indivíduos concretos que são seus portadores. A mediocridade ou o brilho das primeiras será, no frigidar dos ovos, a mediocridade ou o brilho dos segundos. “A Geografia é aquilo que os geógrafos fazem”, disse um geógrafo do passado. Ele se referia ao “objeto da Geografia”, mas podemos aproveitar a fórmula para aplicá-la à imagem pública que, ao fim e ao cabo, uma ciência gera ou produz.

---

o risco de tomar gato por lebre...

O tino diplomático desaconselha demasiada franqueza, mas as circunstâncias não permitem escapar à sinceridade de admitir um fato elementar: a Geografia não tem logrado muito êxito, sobretudo em décadas recentes, em recrutar os melhores cérebros e os talentos mais apaixonados e bem definidos. Como é sobejamente sabido pelos professores universitários, os que procuram a Geografia, com as exceções de praxe, muito frequentemente não estão, seja por falta de vocação, de hábito de leitura ou de vários outros problemas, aptos a fazer face ao desafio que é sentir-se em casa em um campo de conhecimento que, como poucos, demanda cultura geral, gosto e aptidão para lidar com conhecimentos de origens diversas e facilidade para integrá-los, manejando métodos e abordagens às vezes bem diferentes em sua origem. E, como é igualmente sabido pelos alunos, uma vez na universidade, o que se encontra muitas vezes mais confunde que orienta, mais desestimula que incentiva.

Seria a Geografia, e em especial o objetivo de promoção de um “diálogo de saberes”, um sonho inalcançável, megalomaniáco, só acessível a uns pouquíssimos? Não é esse o caso, absolutamente. Não passaria de sandice pretender contar maciçamente com polímatas, com “homens (e mulheres) renascentistas”. Para nossa sorte, além de delirante, esse desejo é supérfluo. Na realidade, grande parte das habilidades necessárias pode ser acessível a muitos, sendo talvez, acima de tudo, uma questão de treinamento adequado, em sentido amplo. Antes de treinar e preparar, contudo, é necessário atrair, e nessa hora constatamos que a Geografia tem sido pouco competente para despertar interesse em estudantes talentosos, capazes de engrossar e reproduzir suas fileiras em um alto nível, à altura de sua complexidade epistemológica. O fator “remuneração” não fornece mais que uma explicação fraca e parcial: afinal de contas, historicamente, não têm sido os altos salários que vêm atraindo, geração após geração, legiões de jovens inventivos e promissores para a Física ou a Matemática, que tampouco são viveiros de futuros milionários. Para começar e a despeito de uma certa influência da “Geografia crítica” na renovação dos livros didáticos a partir da década de 1980, a Geografia continua a ter dificuldade de fascinar ou seduzir os mais capazes. Seu objeto continua sendo visto por muitos, talvez com certa injustiça (um pouco alimentada por uma má vontade derivada das experiências com a Geografia escolar de épocas passadas, cuja memória entre pais, avós e bisavós não se dissipa), como um assunto enfadonho e pouco estimulante.

No momento em que estas linhas são escritas (2018), está para ser implementada no Brasil uma muito criticada reforma do ensino médio. As breves notas da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (Anpege) emitidas em 2017 lamentam a perda de espaço da Geografia, assim como alertam para os perigos derivados de se virem a empregar profissionais sem diploma específico e pouco qualificados para lecionar, sob a cobertura de um vago “notório saber”. Sintomaticamente, porém, não procedem a nenhuma crítica à inserção simplista e exclusiva da Geografia no grupo das matérias reunidas sob a etiqueta “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”... Seria esse o empurrão que faltava para a fragmentação definitiva da Geografia no Brasil? (Ou, enfim, o tiro de misericórdia?) Desde sempre, verificamos que a Geografia sempre esteve artificialmente inserida em algum *locus* institucional específico: ora, em algumas universidades, junto com a História (e a Filosofia e as diversas ciências sociais), em sintonia com uma tradição francesa; ora, em outras tantas, agrupada com “geociências” como a Geologia ou a Meteorologia. Em



ambos os casos, a Geografia, que deveria intercambiar extensamente com todas essas áreas (e, idealmente, estar na vanguarda do “diálogo de saberes”), foi condenada a um isolamento (até espacial) em relação a uma parcela das disciplinas acadêmicas. Diante disso, a reforma do ensino médio nada mais é que uma agressão adicional.

Quem não tem o que dizer (ou parece não ter o que dizer) não deve esperar ser chamado a falar: *só os próprios geógrafos podem construir as bases para sua valorização pública*. Ao contrário do que um determinado legalismo nos induz a supor, é a afirmação diária e maiúscula da competência para intervir em debates sobre temas de interesse público que poderá confirmar a legitimidade científica e a utilidade social dos profissionais que atendem pelo qualificativo de “geógrafos”. De todo modo, por um lado, não devemos e não precisamos fantasiar tolamente em torno de um (pseudo-)ideal de “generalistas geniais”; mas, por outro, é mister aceitar que, potencialmente, a Geografia estabelece, *sim*, um patamar de dificuldade que não é nada pequeno. (E por que deveria sê-lo? Seria defensável nos acomodarmos às expectativas de quem ingressa na graduação em Geografia apenas para “fugir da Matemática”, ou então porque não lhe ocorreu ideia melhor?) Em todo caso, nossos currículos e todas as questões institucionais são apenas parte do problema (ou da solução). Da reforma do currículo, seria preciso passar ao “currículo da reforma”, como disse certa vez, creio, Francisco de Oliveira, em outro contexto.

Tendo sempre se acomodado com alguma dificuldade e em meio a tensões latentes ou manifestas com uma divisão do trabalho acadêmico engendrada por uma modernidade ocidental caracterizada pela disjunção simplista entre natureza e sociedade (ou cultura), o discurso geográfico, arauto e promotor de objetos de conhecimento “híbridos”, foi ingenuamente sobrevalorizado pelos geógrafos e subvalorizado em parte injustamente pelos demais cientistas. A direção do vento, entretanto, mudou, e a maioria dos geógrafos não tem sabido perceber ou reagir a isso: atualmente, são muitas as possibilidades de revalorização do potencial que esse discurso carrega, mas o patinho feio não consegue mais se acreditar um cisne.

Campos do saber são históricos. Como tais, surgem, se transformam, fecundam, são fecundados; às vezes, dão origem a novos campos; outras tantas, perdem terreno, encolhem, declinam, desaparecem e têm seus conteúdos absorvidos por outros campos, com outros rótulos e outras posições institucionais. Estaria a Geografia não só se transformando, mas, de algum modo, se dissipando? Estaria fadada a, em um primeiro momento (já em curso), dispersar-se entre “geotecnologias” ultrapragmáticas e tecnicistas, um conjunto de campos “físicos” autonomizados (Geomorfologia, Climatologia etc.) que, por falta de oportunidade, continuam ligados à Geografia, e as “Geografias Humanas” cada vez mais desconectadas do conhecimento sobre processos geocológicos - para, quem sabe, em um segundo momento, simplesmente desaparecer, definitivamente absorvida por outros campos?

O recado é duro; qualquer otimismo ingênuo estaria aqui fora de lugar e atrapalharia mais que ajudaria. Porém, por favor: não atirem no mensageiro, por mais que a mensagem - fatos que nos arrostam com as implicações dos cenários tendenciais talvez mais prováveis - seja desagradável. De toda sorte, quem adverte sempre guarda alguma esperança. Advertência, afinal, não é aviso fúnebre. Os sinos ainda não dobraram, ainda não se tocou o réquiem. E o que torna relevante tudo isso, em última instância, não é um raciocínio “disciplinar” corporativo: é o fato de que, com todas as suas debilidades, a Geografia e suas tradições têm uma

capacidade singular de inspirar esforços de desafio e superação da parcelarização dos saberes e integração de conhecimentos em prol do enfrentamento de problemas complexos, infensos a uma insularização do saber sobre a natureza e de seu equivalente no tocante à sociedade. Com uma potência provavelmente ímpar, o discurso geográfico pode precisamente demonstrar o quanto, por mais incontornáveis que sejam, os vocábulos “natureza” e “sociedade” têm conteúdos inescapavelmente relacionais, não precisando corroborar nenhum pensamento dualista.

## Referências

- ALIMONDA, H.; TORO PEREZ, C.; MARTIN, F. (Orgs.) **Ecología Política latinoamericana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Buenos Aires/Cidade do México: Clacso/Universidad Autónoma Metropolitana, 2017. 2 v.
- BEROUTCHACHVILI, N.; BERTRAND, G. Le géosystème ou “système territorial naturel”. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, v. 49, n. 2, p. 167-180, 1978.
- BERTRAND, G. Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, v. 39, n. 3, p. 249-272, 1968.
- BLAIKIE, P.; BROOKFIELD, H. (Orgs.). **Land Degradation and Society**. Londres/Nova Iorque: Methuen, 1987.
- BOOKCHIN, M. What is Social Ecology? In: \_\_\_\_\_. **Social Ecology and Communalism**. Oakland/Edimburgo: AK Press, 2007[1993, revisado em 1996 e 2001]. p. 19-52.
- \_\_\_\_\_. **The Ecology of Freedom**: The Emergence and Dissolution of Hierarchy. Oakland/Edimburgo: AK Press, 2005[1982].
- \_\_\_\_\_. **Post-Scarcity Anarchism**. 3a. ed. Edimburgo/Oakland: AK Press, 2004 [1971; os ensaios originais foram escritos entre 1965 e 1970].
- BOSQUET, M. [André Gorz]. **Écologie et politique**. Paris: Seuil, 1978.
- BROC, N.; GIUSTI, C. Autour du *Traité de Géographie physique* d’Emmanuel de Martonne: du vocabulaire géographique aux théories en géomorphologie. *Géomorphologie: Relief, Processus, Environnement*, v. 13, n. 2, p. 125-144, 2007.
- BRUNHES, J. **La géographie humaine**: essai de classification positive, principes et exemples. Paris: Félix Akan, 1910.
- BRYANT, R. L. (Org.). **The International Handbook of Political Ecology**. Cheltenham, UK/Northampton, MA: Edward Elgar, 2015.
- CASTORIADIS, C. Science moderne et interrogation philosophique. In: \_\_\_\_\_. **Les carrefours du labyrinthe**. Paris: Seuil, 1978. p. 191-285.
- CASTREE, N. **Nature**. Abingdon: Routledge, 2005.
- \_\_\_\_\_; DEMERITT, D.; LIVERMAN, D.; RHOADS, B. (Orgs.). **A Companion to Environmental Geography**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.

- DE MARTONNE, E. **Traité de géographie physique**. 2a. ed., rev., aum. Paris: Armand Colin, 1913[1909]. (Consultei igualmente a tradução espanhola, baseada na sétima edição francesa: *Tratado de Geografía Física*, em três volumes, publicada em Barcelona, pela Editorial Juventud, em 1973.)
- ENZENSBERGER, H. M. Zur Kritik der politischen Ökologie. In: \_\_\_\_\_. **Palaver: Politische Überlegungen** (1967-1973). Frankfurt (Meno): Suhrkamp, 1974[1973]. p. 169-232.
- FINKE, L. **Landschaftsökologie**. Braunschweig: Höller und Zwick, 1986.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985[1963].
- LA BLACHE, P. V. **La France de l'Est**. Paris: La Découverte, 1994[1917].
- \_\_\_\_\_. Las divisiones fundamentales del territorio francés. In: Mendoza, J. G. et al. (Orgs.). **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos** (de Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza, 1982[1888-1889].
- \_\_\_\_\_. **Principes de géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1922[1905-1918].
- \_\_\_\_\_. Des caractères distinctifs de la géographie. **Annales de Géographie**, v. 22, n. 124, p. 189-299, 1913.
- LATOURET, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994[1991].
- MAINAR, C. V.; SOURP, R. La difficile prise en charge de l'interface nature-société dans la géographie scolaire française: l'échec de l'introduction du concept de géosystème. **L'Information Géographique**, v. 70, n. 3, p. 16-32, 2006.
- MORIN, E. **La méthode**. Paris: Seuil, 2008[1977-2006]. 2 v.
- PATTISON, W. D. The four traditions of geography. **Journal of Geography**, v. 89, n. 5, p. 202-206, 1990[1964].
- PEET, R.; WATTS, M. (Orgs.). **Liberation Ecologies: Environment, Development, Social Movements**. 2a. ed. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004[1996].
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15a. ed. São Paulo: Contexto, 2014[1989].
- \_\_\_\_\_. **O desafio ambiental**. 4a. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2013[2004].
- \_\_\_\_\_. **Paixão da Terra: ensaios críticos de ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Rocco/Socis, 1984.
- RECLUS, E. L'Homme et la Terre. Paris: Librairie Universelle, 1905-1908. 6 v. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. La grande famille. **Le Magazine International**, p. 8-12, 1898. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660250.r=reclus.langPT>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. La Terre et les Hommes. **Nouvelle Géographie Universelle**. Paris: Hachette, 1876-1894. 19 v. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 4 jul. 2018.

18 O endereço específico varia de acordo com o tomo, mas faltam de número 4, 11 e 14. A primeira versão em inglês,

- \_\_\_\_\_. **La Terre**: Description des phénomènes de la vie du globe. Paris: Hachette, 1868-1869. 2 v. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. L'Homme et la Nature: de l'action humaine sur la géographie physique. **Revue des Deux Mondes** v. 54, p. 762-771, 1864.
- RITTER, C. **Allgemeine Erdkunde**: Vorlesungen an der Universität zu Berlin gehalten. Berlin: Georg Reimer, 1862.
- ROBBINS, P. **Political Ecology**: A Critical Introduction. 2a. ed. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012[2004].
- ROSA, L. P. **Tecnociências e humanidades**: novos paradigmas, velhas questões. São Paulo: Paz e Terra, 2005-2006. 2 v.
- SNOW, C. P. **The Two Cultures and the Scientific Revolution**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1961[1959].
- SOUZA, M. L. de **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- \_\_\_\_\_. Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos. In: SPOSITO, E. S.; SILVA, C. A.; SANT'ANNA NETO, J. L.; MELAZZO, E. S. (Orgs.). **A diversidade da Geografia brasileira**: escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. v. 1. p. 13-56.
- TRICART, J. **Écogéographie des espaces ruraux**. Paris: Nathan, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE-Supren, 1977.
- \_\_\_\_\_. **La Terre, planète vivante**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- \_\_\_\_\_; KILIAN, J. **L'éco-géographie et l'aménagement du milieu naturel**. Paris: François Maspéro, 1979. (Collection Hérodote.)
- TROLL, C. Luftbildplan und ökologische Bodenforschung: Ihr zweckmässiger Einsatz für die wissenschaftliche Erforschung und praktische Erschliessung wenig bekannter Länder. In: \_\_\_\_\_. **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966a [1939].
- \_\_\_\_\_. Methoden der Luftbildforschung. In: \_\_\_\_\_. **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966b [1942].
- \_\_\_\_\_. Die wissenschaftliche Luftbildforschung als Wegbereiterin kolonialer Erschliessung. In: \_\_\_\_\_. **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966c [1942].
- \_\_\_\_\_. Fortschritte der wissenschaftlichen Luftbildforschung. In: \_\_\_\_\_. **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966d [1943].

---

publicada em Londres por J. S. Virtue & Co. entre 1876 e 1894, quase simultaneamente com a versão original francesa, está completa em: [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/bright/reclus/recluscol.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bright/reclus/recluscol.html). Acesso em: 4 jul. 2018.

- \_\_\_\_\_. Die geographische Landschaft und ihre Erforschung. In: \_\_\_\_\_. **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966e [1950].
- \_\_\_\_\_. Landschaftsökologie als geographisch-synoptische Naturbetrachtung. In: \_\_\_\_\_. **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966f [1963].
- \_\_\_\_\_. Über Landschafts-Sukzession. In: \_\_\_\_\_. **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966g [1963].
- VALVERDE, O. **Grande Carajás**: planejamento da destruição. Rio de Janeiro/São Paulo/Brasília: Forense Universitária/Edusp/Ed. UnB, 1989.
- VON HUMBOLDT, A. **Kosmos**: Entwurf einer physischen Weltbeschreibung. Frankfurt (Meno): Eichborn, 2004[1845-1958, 1862]. (Edição organizada por Ottmar Ette e Oliver Lubrich.)
- \_\_\_\_\_. **Versuch über den politischen Zustand des Königreichs Neu-Spanien**"  
Tübingen: J. G. Cotta, 1813.
- WOLF, E. Ownership and political ecology. **Anthropological Quarterly**, v. 45, n. 3, p. 201-205, 1972.